



CONGRESSO INTERNO

Conhecimento e inovação para a saúde,
desenvolvimento e cidadania.

Relatório final 2014



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

VII CONGRESSO INTERNO DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

CONHECIMENTO E INOVAÇÃO PARA A SAÚDE, O DESENVOLVIMENTO E A CIDADANIA

CARTA POLÍTICA

A FIOCRUZ E OS DESAFIOS DO SUS: A SAÚDE COMO DIREITO HUMANO E FATOR DECISIVO PARA A INCLUSÃO SOCIAL E PARA O DESENVOLVIMENTO

Missão da Fiocruz:

Produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais.

O VII Congresso Interno da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) reafirma seu compromisso com a promoção da saúde pública como direito humano inalienável; com o avanço do conhecimento científico e tecnológico a serviço da população; com a compreensão da saúde como elemento central para o desenvolvimento sustentável e para a reafirmação da soberania nacional.

Para o enfrentamento das desigualdades sociais e iniquidades geradas pelos determinantes econômicos, sociais e ambientais que impactam as condições de vida e cidadania no país, a Fiocruz entende a saúde como um fator estruturante e um importante articulador de políticas públicas, avanço do conhecimento científico e políticas industrial, tecnológica e de inovação. Nesse sentido, a sociedade tem como desafio aliar crescimento econômico, equidade e inclusão social. O campo da saúde traz, ainda, novos desafios com a exigência de permanente atualização da agenda institucional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

A Fiocruz considera imperativo contribuir com o debate sobre a necessidade de constituição de sistemas universais de saúde, enfrentando a discussão internacional acerca da "cobertura universal", e sobre as políticas de eliminação das desigualdades sociais, essenciais para a defesa da vida em todas as suas dimensões.

Esse imperativo ganha especial sentido neste momento em que os cidadãos se preparam para as eleições democráticas nos estados e no plano nacional, e para a 15ª Conferência Nacional de Saúde, esperada para o próximo ano.

Através desta carta, buscamos manifestar preocupações, reflexões e propostas diante dos desafios e impasses pelos quais passa o SUS, uma das mais importantes conquistas do povo brasileiro. A defesa do SUS torna-se decisiva frente a uma conjuntura internacional adversa, com elementos de desaceleração do crescimento econômico. Somam-se opções políticas que, em diversos países, submetem o interesse público à lógica do mercado e adotam medidas de caráter neoliberal, provocando a desconstrução do Estado de bem estar social e comprometendo a vida das populações.

Assim sendo, o VII Congresso Interno da Fiocruz expõe aqui seus posicionamentos:

1) É cada vez mais evidente que a luta do povo brasileiro pela saúde como direito humano e social recoloca o desafio de enfrentar as desigualdades sociais e iniquidades geradas pelos determinantes sociais e ambientais da saúde na sua plenitude, por intermédio de políticas que assegurem a soberania nacional. Esta agenda passa pelo pleno emprego e pela regulação do trabalho e inclui, entre outros tópicos, a igualdade de gênero e a abolição de todas as formas de discriminação. Ressalta-se a necessidade da garantia de padrões sustentáveis para o desenvolvimento nacional, que considerem o acesso universal a saúde, educação pública, habitação, saneamento, transporte público, alimentação, previdência e assistência social.

2) A saúde é um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado. O SUS deve ser garantido com o financiamento público adequado para assegurar a universalidade e a integralidade da atenção, e com toda a complexidade de suas ações e técnicas para viabilizar o direito à saúde - dos procedimentos de promoção, prevenção e atenção básica aos mais especializados. Entretanto, o desempenho do SUS tem sido afetado por deficiência de gestão e grave desfinanciamento, o que compromete o integral exercício de sua missão. A Fiocruz entende que a sustentabilidade do SUS depende da expansão dos recursos destinados à saúde, por meio de iniciativas que ampliem os orçamentos e as fontes de financiamento do setor. A sustentabilidade do SUS passa também pela aprovação de projetos de iniciativa popular, pela agilidade na incorporação de novas tecnologias pertinentes, evitando a judicialização, e por políticas de combate à medicalização exagerada. Depende ainda do fim da desvinculação das receitas da União para o orçamento da Seguridade Social. Faz-se necessária a eliminação de subsídios e isenções para o setor privado de saúde, independentemente dos interesses do mercado.

3) A saúde da população brasileira sofre o impacto da transição demográfica, caracterizada por um processo de aumento da longevidade e ampliação da expectativa de vida, por mobilidade geográfica e novos arranjos territoriais, gerando diferentes necessidades de atenção à saúde, como aos portadores de doenças crônico-degenerativas, o que requer geração de novos conhecimentos e adoção de novas tecnologias assistenciais e modelos de atenção apropriados. Entretanto, a disponibilidade de novas técnicas e procedimentos, ao mesmo tempo em que diminuem a mortalidade, podem acarretar uma maior morbidade, inclusive de caráter crônico e em crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, a persistência e a importância epidemiológica e social de doenças infecciosas e o surgimento de outras, emergentes e reemergentes, conformam um quadro complexo que exige uma abordagem diferenciada por parte de diversas políticas sociais e econômicas que têm impacto sobre a saúde. Diante de tal quadro, é fundamental reafirmarmos a saúde como espaço de intervenção intersetorial, principalmente no âmbito da seguridade social, mas também das políticas de habitação, saneamento, justiça, trabalho, de meio ambiente, produção de alimentos, cultura, educação pública e CT&I.

4) Convivemos com o crescimento de lesões incapacitantes e mortes por causas externas, com destaque para os acidentes de trânsito e a violência que atinge as camadas mais jovens da sociedade; a violência e discriminação de gênero, raça e orientação sexual e também contra crianças, adolescentes e idosos; as taxas de homicídios equivalentes às de conflitos bélicos; e a violência policial indiscriminada, principalmente contra os mais pobres. Uma realidade que o Estado e a sociedade precisam enfrentar e mudar radicalmente se quiserem alcançar uma verdadeira justiça social e o desenvolvimento sustentável. Soma-se a essas a questão das drogas, que deve ser abordada como um problema de saúde pública e não com a atual predominância de ações repressivas - outro tema desafiador para a produção de conhecimentos interdisciplinares capazes de fundamentar a elaboração e a implantação de políticas públicas nas áreas de justiça, educação, assistência social, saúde e segurança pública.

5) A agenda mundial pós 2015, com a implantação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, terá que expressar as decisões da Conferência Rio + 20 e da Cúpula dos Povos, e servirá para a mobilização em torno do enfrentamento dos grandes desafios da sustentabilidade do planeta e das desigualdades sociais e iniquidades geradas pelos determinantes sociais e ambientais da saúde. Nesse quadro, como parte integrante de um paradigma de desenvolvimento com qualidade de vida, há que considerar temas como mudança climática e de biomas, biodiversidade, saúde humana, animal e de ecossistemas. Ao lado da implementação de adequadas políticas de saneamento em larga escala, propõe-se discutir e revisar o modelo de desenvolvimento nacional que gera impactos nocivos sobre o ambiente e as populações tradicionais. Há necessidade de ampliar e tornar mais rigorosos o controle e a regulação de produção, comercialização e uso de agrotóxicos, assim como de antimicrobianos e hormônios na criação animal intensiva, que colocam em risco as populações. Fortalecer a proteção e a atenção à saúde dos trabalhadores também é fundamental nesta agenda para a sustentabilidade. E, para a eficácia dessas políticas, deve-se incentivar pesquisas e instrumentos de controle e monitoramento dos impactos sobre a saúde humana e o ambiente.

6) A Fiocruz presta decisivo apoio à reorientação dos modelos de formação e educação permanente voltados para os trabalhadores do SUS. Considera imprescindível adequar a formação em saúde às necessidades do

SUS, à produção de práticas humanizadas e à consolidação da integralidade nas redes de atenção, em respeito aos princípios do SUS. Destaca-se, ainda, a necessidade de aperfeiçoamento da escuta às instâncias de participação social.

7) A Fiocruz entende a geração e disseminação de conhecimento científico, assim como a pesquisa e sua tradução em inovação para a saúde, como fundamento e eixo transversal às suas diversas áreas de atuação. Reforça-se a importância da pesquisa como pilar de qualquer processo de inovação, independentemente do direcionamento temático. As pesquisas feitas em qualquer área do conhecimento, além de representarem importante componente de soberania nacional, podem trazer benefícios diretos ou indiretos à saúde da população, mesmo que, eventualmente, possam não estar evidentes a priori. Este campo orienta-se pela integralidade e segue os princípios éticos em pesquisa. A Fiocruz também acompanha as mudanças mundiais referentes à utilização de biomodelos experimentais e empenha-se na busca de métodos alternativos à experimentação animal.

8) A educação, a comunicação, a informação e o acesso aberto ao conhecimento científico são entendidos, acima de tudo, como direitos humanos e fatores estruturantes para o fortalecimento do SUS, para o desenvolvimento institucional da Fiocruz e para seu relacionamento com a sociedade. Constituem-se como fundamentos para a pesquisa, a prestação de serviços, a formação, o planejamento e a gestão interna. Simultaneamente, a comunicação, a informação, a popularização e a difusão da ciência estabelecem formas e meios pelos quais os temas de CT&I e saúde podem ser compartilhados com o cidadão, em uma visão dialógica, na qual a sociedade é participante ativa e não mera receptora.

9) Instituição estratégica de Estado, a Fiocruz reafirma seu compromisso de participar ativamente da estruturação de políticas de diplomacia em saúde e cooperação internacional, em consonância com as diretrizes do governo brasileiro, especialmente em apoio ao Ministério da Saúde. Prioriza as relações Sul-Sul, com os Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e com os países da América Latina e África, resguardando as suas soberanias. Sempre fiel ao princípio da solidariedade entre os povos, mantém colaboração e intercâmbio com organismos internacionais e importantes instituições de saúde de diferentes países.

10) A presença marcante dos movimentos sociais e as manifestações populares trazem para a cena política a realidade de uma sociedade em transformação, que reivindica a concretização de direitos: saúde e educação de qualidade; mais emprego e melhores condições de trabalho e salário; acesso à moradia e à terra; transporte público eficiente, barato e acessível; participação ativa nas decisões sobre os gastos públicos e na vida política nacional. Sabe-se que os impasses e desafios do SUS e da saúde pública brasileira, longe de estarem circunscritos ao setor, requerem uma ampla e profunda reforma do Estado e do sistema político com reformas na legislação, na Justiça e nos orçamentos; com o fortalecimento da democracia através do controle social; com a adoção do financiamento público das campanhas eleitorais; e com a utilização de mecanismos de democracia participativa para a tomada de decisões sobre políticas sociais.

11) A Fiocruz apoia firmemente a adoção de normas, legislações e medidas governamentais que tornem mais eficazes, efetivas, eficientes e transparentes as ações do Estado na gestão da CT&I. Elas são cruciais para assegurar e ampliar o acesso da população a insumos de saúde, bem como promover a inovação e uma política industrial que reduzam a dependência da importação de medicamentos, equipamentos médicos, kits diagnósticos e outros insumos, fortalecendo a soberania nacional em área estratégica. A Fiocruz assume o compromisso de contribuir para a proteção da saúde da população e para a qualidade, a segurança e a eficácia dos produtos, bens e serviços, bem como para o desenvolvimento do sistema nacional de vigilância sanitária.

12) A capacidade institucional de contribuir para o desenvolvimento tecnológico exige permanente compromisso da Fiocruz com a implantação de infraestrutura adequada e com a adoção de processos que contemplem a capacitação e a saúde de seus trabalhadores, a valorização das carreiras, a garantia de condições de trabalho adequadas e o aperfeiçoamento dos modelos organizacionais e de financiamento e dos mecanismos de avaliação e planejamento, atentando para mudanças de cultura institucional. Dessa forma,

busca-se aperfeiçoar a gestão da inovação e fortalecer a integração de suas unidades técnico-científicas, valorizando a diversidade institucional para o enfrentamento de problemas complexos de saúde. Em especial, faz-se necessário aproximar as atividades de educação, pesquisa, produção, atenção e assistência à saúde de referência, de modo a consolidar o projeto de presença nacional da instituição, reduzir as desigualdades regionais e consolidar programas estratégicos.

13) A Fiocruz está comprometida com o aprimoramento constante e transparente de seu modelo de gestão democrática e participativa, convicta de que este é um dos pilares que sustentam seu compromisso social e de eficiência e sua consolidação institucional. A Fiocruz reafirma, assim, a valorização dos profissionais e seu compromisso com a sociedade e com a prestação de serviços públicos de qualidade, em defesa do SUS.

VII CONGRESSO INTERNO DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

CONHECIMENTO E INOVAÇÃO PARA A SAÚDE, O DESENVOLVIMENTO E A CIDADANIA

DOCUMENTO FINAL – PLENÁRIA DEZEMBRO/2014

A Fiocruz e os grandes desafios da ciência, tecnologia e inovação em saúde

A conjuntura dos anos atuais no Brasil e no mundo continua especialmente marcada pela grande crise do final da primeira década do século. Forjada no seio dos países ditos centrais, os seus efeitos foram e continuam sendo globais, ainda que afetando diferentemente cada nação. Alguns pagam preços extremamente penosos, sobretudo suas populações, expostas a importantes sacrifícios, onde se sobressaem o desemprego em massa, obstáculos a novas conquistas e mesmo retrocessos em políticas sociais e ambientais, tudo em nome do alcance de ditas estabilidades econômicas e pagamento das dívidas, decorrentes dos efeitos das cirandas financeiras dos anos anteriores. As análises mais respeitadas deixaram claro os flagrantes equívocos em políticas econômicas desses países e, sobretudo, no liberalismo consentido aos grandes circuitos financeiros operados por grandes empresas, financeiras ou não, na busca de ganhos rápidos e fáceis. A ciranda e a especulação financeira continuam a determinar, em maior ou menor medida, as políticas nacionais. Os seus efeitos perduram, tratando o conjunto das nações de reverem suas políticas, inclusive quanto ao papel dos estados, gerando novos desafios regulatórios sobre a economia, por mais liberais que sejam. Em maior ou menor medida, as nações assumem que é preciso rever a lógica do desenvolvimento e, em especial, o papel do Estado, além da importância dos organismos multilaterais e dos espaços de concertação internacional, visando novos padrões regulatórios para o desenvolvimento.

No mundo, salvo raras exceções, o desafio é voltar a crescer, passados cerca de cinco anos do epicentro da crise. Natural que nesse processo ocorram importantes deslocamentos de poder (econômico e político, em especial) e que dificilmente se recuperam, como registrado em vários países da Europa e países ditos emergentes, os primeiros perdendo e outros ganhando em importância no cenário global.

Adicionalmente, o processo de crise apresenta-se com complexidade especial se acrescentarmos os desafios em direção a padrões sustentáveis de desenvolvimento, o que tem mobilizado governos, organizações não governamentais, instituições científicas e tecnológicas, tema que segue ganhando importância. A questão da sustentabilidade não pode isolar a questão ambiental do conjunto de questões mais amplas que pressupõe a discussão de modelos de desenvolvimento. A conferência das Nações Unidas em 2015 tem como tema os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS) e sua preparação tem expressado importantes disputas e expectativas ainda bastante limitadas, por conta dos principais interesses globais ainda hegemônicos. A consciência de que o modelo de desenvolvimento sem ou com limitadas preocupações ambientais deve ser superado ganha mais espaço, sem desprezar as amarras e os interesses econômicos, ainda hegemônicos e que dificultam acordos na direção de novas alternativas de desenvolvimento.

O Brasil tem conseguido atravessar o período de crise sem os efeitos marcantes dos países centrais, como desemprego e não crescimento. Por outro lado, não acompanhamos outros países que neste período têm experimentado crescimento constante e expressivo.

Neste cenário global, o Brasil apresenta capacidades e resultados louváveis, como a redução da miséria, de forma expressiva e ainda mais significativa após o período de crise, também acompanhada da expansão da classe média-baixa e mais ainda da classe média-média, conforme dados da PNAD 2012. Os dados sobre emprego são igualmente exitosos, configurando resultados que podem ser atribuídos à recusa dos recentes governos em adotar o receituário ortodoxo (liberal) na orientação da política econômica e social, protegendo conquistas e mesmo as expandindo. Porém, são notórios os gargalos para a superação do limitado crescimento, bem como a expansão de conquistas sociais. Diversos setores da infraestrutura do país ainda comprometem a produtividade e impactam o chamado custo do país, como estradas, portos, aeroportos, além de energia, reconhecendo avanços, mas aquém do ritmo necessário. Na esfera da macroeconomia, a política de juros elevados para conter a inflação também limita o crescimento. A necessidade de superávits anuais também limita mais investimentos públicos e mesmo destinação de recursos para o fortalecimento de políticas sociais.

Se a redução da pobreza é uma conquista, a pressão e demanda crescente e consciente por mais e melhores serviços públicos é uma realidade.

As manifestações de junho de 2013 e que seguem ecoando em toda a sociedade são sinal expressivo e trazem recado claro às instituições civis (associações, sindicatos e partidos políticos) e aos governos sobre como atuarem, quanto à definição de prioridades, à transparência, à prestação de contas e, sobretudo, ao processo de inclusão de novos e melhores serviços. Nessa perspectiva, o apoio institucional ao trabalho desenvolvido pela organização Auditoria Cidadã da Dívida faz-se necessário.

Entendemos que se deve problematizar a compreensão redutora da saúde, educação e transporte a meros serviços que devem ser melhorados. A própria amplitude da pauta de reivindicações contidas nas manifestações de junho mostra que não se trata somente de mais e melhores serviços “públicos”, mas da necessidade de políticas públicas que apontem para a superação do padrão de desigualdade vigente no país. De outro lado, o caráter público desses serviços também foi progressivamente reduzido nas últimas décadas, ficando o poder público, cada vez mais, embora com intensidades diferentes em cada caso, como mero regulador da concorrência entre (e através) das instituições públicas e privadas em cada setor específico.

Destacando a área da saúde, passados 25 anos da constituição do SUS, é possível reconhecê-lo como sendo uma das políticas mais consistentes e efetivamente de Estado das últimas décadas, responsável por ter contribuído de modo efetivo para a melhoria das condições de vida no país. Os números e indicadores são expressivos quando comparados a qualquer sistema público mundial e ainda em relação ao período pré-SUS. Por meio do SUS, o país tem possibilitado a inclusão social e conquista de cidadania, com destaque para a atenção básica, programas de imunização, controle da Aids, transplantes, cirurgias mais complexas etc. No entanto, o SUS ainda não se constituiu em efetivo sistema universal, acessível e de qualidade reconhecida, apresentando amplos desafios, passando pelo financiamento e gestão, pelo modelo de cuidado, pelas condições de trabalho e qualificação dos trabalhadores, bem como pela vinculação ou articulação de sua política setorial com as demais políticas que a condicionam e determinam.

No atual padrão de financiamento, verifica-se que os recursos públicos em saúde diminuíram, quando comparados ao crescimento dos gastos privados, que ultrapassam 50% de todo o gasto em saúde do país e com nítidas tendências para seguirem crescendo. Porém, não é possível separar a análise das políticas de saúde e suas formas de financiamento das suas determinações mais gerais no contexto nacional e internacional. Nesse sentido, o baixo aporte de recursos públicos para a saúde (mesmo quando comparados a outros países periféricos e vizinhos da América Latina) obedece à diretriz de política embasada na lógica da competitividade e do crescimento, para além das necessidades concretas do conjunto da população. Assim, a priorização da produção de superávits primários e a utilização crescente do fundo público para dar conta de compromissos financeiros externos e internos determinam a redução dos recursos públicos para a saúde,

não como decorrência natural, mas como opção de política que também deve ser colocada em debate.

A manutenção dessas escolhas macroeconômicas se reflete no continuado agravamento das condições do financiamento público em saúde, aumentando a sua criticidade, sendo, sem dúvidas, expressão da timidez com que governos sucessivos se esquivam em tomar o SUS como campo de maior responsabilidade estatal. Sobressaem-se medidas paliativas, de menor expressão, como os royalties do petróleo, e que não enfrentam tanto a sustentabilidade do sistema em seu estágio atual e muito menos cuidam da sua expansão a novas e crescentes demandas de saúde. Medidas legislativas visando assegurar fontes mais expressivas seguem sendo proteladas, apesar de nítidos e crescentes sinais do subfinanciamento, comprometendo não apenas a qualidade da atenção, mas também o acesso. Este ano de 2014 apresenta realidade com expressivos alertas quanto ao estrangulamento alcançado, sem sinais de melhoria no curto prazo.

Sem abrir mão da permanente melhoria da eficiência nos gastos, destravar e expandir o financiamento público em saúde no país e, sobretudo, no âmbito federal é imperioso e motivo de atenção e mobilização de todas as instituições públicas de saúde, dado o compromisso que possuem com a sociedade. Além disto, é fundamental um mecanismo eficaz para garantir o uso responsável dos recursos públicos no âmbito operacional. A melhoria contínua dos processos através da redução de desperdícios e dos problemas de qualidade, o correto planejamento de projetos e o compartilhamento de recursos dentro da instituição são práticas que podem trazer a tona recursos valiosos.

Embora a pauta do subfinanciamento seja de reconhecida importância no processo de efetivação do SUS, é necessário apontar que a garantia de financiamento deve compreender não só a fonte e o montante dos recursos mas também o destino e as formas de utilização. Assim a garantia do caráter “público” do SUS implica muito mais do que financiamento público, também uma definição de financiamento para que e para quem.

Em outra frente, o SUS inova ao articular a política e as ações de desenvolvimento do complexo produtivo da saúde com o poder de compra público, com o maior domínio tecnológico no país, com o incremento da capacidade de produção nacional de insumos estratégicos e com outras políticas de governo. Essa política e essas ações também precisam pautar-se pelo atendimento efetivo das necessidades de saúde da população, assegurando acesso e sustentabilidade a programas sanitários. Resulta um círculo potencialmente virtuoso entre política sanitária e de desenvolvimento. Nessa dimensão, o caminho a ser trilhado ainda é longo para reduzir a atual dependência tecnológica do país em saúde.

A superação da dependência tecnológica não pode ser concebida como resultado de uma política setorial ou intersetorial, pois esta dependência está vinculada a modelos de desenvolvimento e deve ser compreendida como parte da configuração histórica do padrão dependente da economia brasileira. A ênfase na inovação deve seguir processos de fortalecimento da pesquisa estratégica, com o aumento da integração entre a pesquisa básica e a aplicada, para a superação dos desafios do atual quadro epidemiológico brasileiro. Isso requer a redução da dependência tecnológica, a partir da criação e do aprimoramento de processos e produtos, bem como a ampliação do acesso universal a insumos estratégicos em saúde.

Apesar dos resultados do SUS, os desafios à frente são inúmeros, sobretudo na defesa do seu caráter público, podendo ser sintetizados em acesso, qualidade e equidade, principalmente numa perspectiva de reconhecimento da determinação social do processo saúde-doença no contexto de um modelo de desenvolvimento que não supera padrões de desigualdade. Faz-se necessário recolocar em pauta elementos históricos trazidos pela reforma sanitária, seja para reafirmá-los e fortalecê-los, como a diretriz de participação popular e controle social, ou para avaliar seus impactos e reconformá-los, como o processo de descentralização e de articulação interfederativa.

Sem a pretensão de ser panaceia, o Programa Mais Médicos é mais um passo, se expande e toca em importante ferida, a formação e distribuição desigual de profissionais no país, tomando por referência o SUS. Novidade, num quadro em que a saúde pouco condicionava a formação profissional, em especial médica.

Por outro lado, torna-se central o debate sobre o reforço de um modelo de saúde centrado no profissional médico provocado pela prioridade que este Programa ganhou dentro do atual governo. Isto é, a expansão do acesso ao profissional médico para periferias urbanas, municípios pequenos e áreas remotas do campo e das florestas é importante, mas pauta o debate da política pública de saúde no profissional médico. O Brasil apresenta realidade complexa e diversa.

A continuada transição demográfica e epidemiológica exige sistemas cada vez mais diferenciados de atenção. O conceito e a operação de modelos de atenção integral tornam-se mais complexos. Quadros epidemiológicos que ganham maior expressão e exigem lógicas de cuidado continuadas, deslocando a perspectiva da cura para a prevenção e o cuidado permanente. Portanto, o debate, formulação e implementação de sistemas integrais de atenção exigem não apenas mais e novos recursos tecnológicos, além de econômicos, mas também organizativos, em novos arranjos de redes. Esses novos arranjos devem também contemplar a atenção às condições crônicas e as características de certas ações de saúde pública, tais como as ações regulatórias em saúde e em situações sanitárias especiais, que requerem ação sistêmica e abrangência nacional.

Por outro lado, é necessário que se aprofunde o debate sobre as diferentes causas e consequências das transições demográficas e epidemiológicas no Brasil. A urbanização progressiva da sociedade brasileira nas últimas décadas guarda relação direta com a manutenção da concentração fundiária e com os privilégios concedidos aos grandes proprietários de terras. Como consequências, observam-se a desterritorialização da agricultura familiar, a deterioração das condições de vida e um contínuo êxodo – apesar do desejo de muitas famílias continuarem vivendo no campo e nas florestas. Não se pode perder de vista, também, a manutenção da dívida histórica do Estado brasileiro com uma população enorme que vive nas periferias de grandes cidades, no campo e nas florestas, e que sofre com doenças negligenciadas, sem acesso ou com acesso precário ao saneamento básico, à moradia digna, à educação e a ações e serviços assistenciais de saúde.

É preciso avançar no debate sobre a política agrária e o modelo de desenvolvimento, notadamente sobre as questões relacionadas ao genocídio de grupos indígenas e à exposição da sociedade brasileira a venenos agrícolas reconhecidamente tóxicos à saúde humana e ambiental. Boa parte dos brasileiros está cumulativamente exposta às doenças da modernidade, associadas a um ritmo de vida acelerado e ao consumo de alimentos contaminados e processados. Nas cidades, é crescente o número de pessoas vivendo nas ruas, assim como os variados tipos de violência, inclusive a policial, enquanto grandes empreendimentos concentram seus impactos negativos justamente sobre as populações historicamente vulneráveis. É urgente avaliar se o modelo de sociedade concentrada em grandes centros urbanos é sustentável por diferentes pontos de vista (ambiental, social etc.), inclusive no que se refere às possibilidades de organização de um sistema de saúde digno.

É inconteste a necessidade de aprimorar a gestão do SUS, de seus trabalhadores e processos, com controle social e transparência, para alcance de melhores condições de trabalho e resultados para a sociedade. Porém, a discussão acerca desse tema precisa considerar os estrangulamentos e as dificuldades encontrados na gestão da coisa pública: as imposições da lei de responsabilidade fiscal para a gestão da força de trabalho no SUS; a falta de regulamentação do dispositivo constitucional que garanta a autonomia gerencial de entidades públicas; a baixa profissionalização dos trabalhadores da gestão; o subfinanciamento etc.

Deve-se buscar o fortalecimento da administração pública, em todos os atos administrativos, inclusive nos procedimentos licitatórios, tendo como norte os princípios previstos na Constituição brasileira, proporcionando à coletividade a transparência e a ampliação da credibilidade quanto à administração do patrimônio público.

Há um debate entre diversos atores do SUS sobre a validade e eficiência de novos modelos de gestão que vem sendo utilizados, como parcerias público-privadas, Organizações Sociais (OS's) e a utilização de fundações e empresas públicas de direito privado. Parte importante deste debate está no repasse dos fundos públicos da seguridade social, incluindo-se a saúde, para o setor privado. Na defesa desses novos modelos,

argumenta-se que há um aumento na eficiência e uma dinamização na prestação dos serviços e que o modelo de prestação pública direta limita o desempenho do SUS. Defende-se também que a diversificação de modelos deve se dar respeitando o controle público e estatal, sendo uma alternativa de ajuste na estrutura administrativa pública.

Dentre aqueles que se colocam contrários a tais iniciativas, argumenta-se que os esforços deveriam ser para garantir as condições para prestação pública dos serviços, considerando-se realizar ajustes legais que sejam necessários, a ampliação do quadro de servidores públicos e o enfrentamento dos elementos estruturais acima citados que determinam os obstáculos encontrados para uma gestão efetivamente pública. Nestes novos modelos o setor público deixa de ser o prestador direto do serviço, passando a ser apenas o regulador e financiador das ações de saúde. Estas ações passam a ser executadas por entes de natureza privada. Também em relação ao controle social há questões importantes, uma vez que a legislação do SUS diz respeito à prestação pública e não privada, estando esta última desobrigada de se submeter ao controle social. No âmbito federal, a instituição da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) para os hospitais universitários ainda não alcança a maior parte destes, e enfrenta resistências importantes, com boa parte dos argumentos sendo semelhantes aos anteriores.

É preciso avançar numa análise da complexidade das relações que mobilizam a organização do sistema público de saúde e como se expressa o debate em torno da privatização da prestação e da gestão em saúde, assim como, o debate internacional sobre cobertura universal em saúde e suas implicações para nosso sistema de saúde, inclusive no que tem sido a tensa relação com os prestadores de serviço e indústrias da saúde, exigindo uma política de regulação clara do Estado, que o fortaleça.

Especificamente para a conjuntura mais próxima à Fiocruz, as análises seguem a estruturação dos Eixos do Mapa estratégico, a seguir.

Eixo 1: Atenção, Promoção, Vigilâncias, Geração de Conhecimentos e Formação para o SUS

O campo da educação para o trabalho em saúde requer o enfrentamento em nível global e nacional de importantes desafios, entre eles os referidos ao contexto de transição demográfica e epidemiológica, dos movimentos de pessoas e mercadorias entre regiões e países e as mudanças ambientais, considerando-se seu crescente impacto sobre o processo de integralidade e na relação entre os níveis de atenção à saúde.

Constata-se que a formação de profissionais se orienta cada vez mais para imperativos do mercado, muitas vezes, sem considerar o conjunto das necessidades de saúde da população, agravando, de forma específica em cada caso, o quadro das desigualdades sociais internas dos países. No que diz respeito à formação oferecida aos trabalhadores da saúde, constata-se um alto grau de instrumentalidade e fragmentação. Os conteúdos são, geralmente, apresentados de forma descolada de seus fundamentos científicos e sociais, o que compromete uma apropriação integral das técnicas e saberes. Compromete, principalmente, o desenvolvimento de um olhar crítico e reflexivo sobre o fazer social desses trabalhadores, sua inserção nos sistemas públicos de saúde e sua compreensão acerca dos determinantes sociais e ambientais da saúde. A educação para o trabalho em saúde, como todas as demais questões relacionadas com a saúde humana, está determinada por processos sociais, econômicos e ambientais que precisam ser enfrentados nos planos nacional e global para a redução das iniquidades socio sanitárias e para a construção dos sistemas públicos universais de saúde almejados.

No Brasil, um dos principais desafios para a consolidação do SUS encontra-se na necessidade de reorientar o modelo de atenção e gestão em saúde, tendo em vista a integralidade das ações. Tal reorientação implica na promoção de novas abordagens no campo da educação para o trabalho em saúde, bem como na reformulação das estruturas e conteúdos curriculares na área da saúde. Implica também no fortalecimento das políticas de informação e comunicação.

Apenas recentemente políticas efetivas de provimento e distribuição dos profissionais de saúde no território nacional foram adotadas. Entre elas, destaca-se o Programa de Valorização da Atenção Básica (Provab),

criado em setembro de 2011 para promover a qualificação dos profissionais da atenção básica por meio de atendimento em unidades na periferia de grandes cidades, municípios do interior, com populações carentes, e regiões remotas.

Seguindo a mesma perspectiva, porém com o foco nos profissionais médicos, em 2013, o programa Mais Médicos foi instituído e regulamentado por portaria conjunta dos ministérios da Saúde e da Educação. Ainda que a ação imediata de provimento de médicos seja a que vem merecendo maior atenção no debate público, o impacto mais significativo do programa encontra-se no projeto de reorientação da educação e da prática médicas, uma antiga aspiração do movimento pela Reforma Sanitária no Brasil. Com este entendimento, o Conselho Deliberativo da Fiocruz aprovou moção em apoio ao programa, por entender sua importância para a efetivação da equidade, integralidade e universalidade como princípios do SUS. Também destacou a importância em relação aos princípios que devem reger a efetiva construção de modelos de atenção integral, o que demanda diversas outras iniciativas associadas.

Desde que a instituição se posicionou em apoio ao Programa Mais Médicos, a Fiocruz vem desempenhando papel relevante para a consolidação do programa, tanto no apoio logístico à atuação de supervisores e tutores, como na condução de pesquisa avaliativa e no planejamento de ofertas educacionais, sobretudo no que se refere à formação em atenção básica e saúde da família.

A reorientação e expansão da formação e prática de outros profissionais não médicos, incluindo os de nível médio, para ações interdisciplinares, de cuidado e territorializadas, são indispensáveis para promover avanços na efetiva garantia de direitos e também merecem mais investimento do Ministério da Saúde.

A Fiocruz tem participado com destaque de iniciativas importantes da história do SUS, a exemplo da criação dos mestrados profissionais, hoje reconhecidos como uma das mais bem sucedidas experiências de formação em serviço. Criou, em 1998, por ação da Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), a primeira Escola de Governo em Saúde e o programa de Educação a Distância. Em 2011, o Conselho Deliberativo da Fiocruz aprovou o conceito de Escola de Governo em Saúde para toda a instituição e a criação de um Núcleo Federal na Fiocruz Brasília. Outra relevante iniciativa foi a criação do Sistema Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), pelos Ministérios da Saúde e da Educação, que, a partir da integração entre gestão, academia e serviços e do recurso a metodologias de educação à distância, viabiliza a oferta educacional para programas prioritários, a exemplo do Proxab e do Mais Médicos. Desde 2010, a Fiocruz exerce a função de Secretaria Executiva e participa do Comitê Gestor e do Colegiado Institucional do UNA-SUS.

Todas essas iniciativas partiram da compreensão segundo a qual a formação para o SUS requer um modelo de aprendizagem em rede, coerente com os princípios da educação permanente.

Nesse sentido, considerando que os servidores da própria instituição atuam em CT&I e Saúde, aponta-se a necessidade de avançar em políticas institucionais de capacitação e formação. Busca-se assim efetivo investimento na força de trabalho, respeitando-se sempre as demandas e necessidades das diversas unidades da Fiocruz.

Para além da busca das estratégias acima mencionadas, existem desafios da formação dos trabalhadores em saúde, em especial a formação inicial, que não podem ser esquecidos, tendo em vista sua condição estruturante do funcionamento do próprio sistema. Nesse sentido, defendemos o caráter integrado e integral de qualquer projeto público que tenda a articular organicamente a formação de trabalhadores em saúde, em todos os níveis, que incorpore tanto os fundamentos científico-sociais da sua atividade como os pressupostos e problemáticas que orientam a organização do sistema público de saúde. Isso implica na consideração dos determinantes sociais e ambientais da saúde e do modelo de atenção primária à saúde como eixos centrais da organização da formação desses trabalhadores.

Os atores fundamentais dessa articulação são gestores municipais e estaduais do SUS, as instituições de ensino, os estudantes das profissões de saúde, os conselhos municipais e estaduais de saúde, bem como os movimentos ligados ao controle social das ações e políticas públicas de saúde. A Fiocruz tem importante

atuação em redes de formação: a Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública; a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS); a Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde; a Rede Nordeste de Formação em Saúde da Família; e o Campus Virtual da Saúde Pública (CVSP/Opas). É relevante também o papel internacional da Fiocruz na formação de recursos humanos para as sociedades latino-americanas e africanas, por meio das Redes de Escolas Técnicas, de Escolas de Saúde Pública e de Institutos Nacionais de Saúde da América do Sul e da CPLP.

No campo da formação para o SUS, o próximo Congresso Interno deverá aprofundar as diretrizes aprovadas pelo VI Congresso Interno da Fiocruz, cujo documento final estabeleceu que “as estratégias de formação por meio de redes colaborativas são parte da necessária qualificação continuada, seja no nível profissional técnico, no nível superior ou na pós-graduação lato e stricto sensu”. No mesmo texto foram defendidas abordagens pedagógicas inovadoras, adicionais à concepção tradicional baseada na transmissão de conhecimentos e que dialoguem com o cenário social contemporâneo, onde novas tecnologias de informação e comunicação ganham papel estruturante. Consideraram-se, ainda, distintos itinerários formativos, multiplicando-se as ofertas, em favor das necessidades e interesses profissionais a serem atendidos.

Um dos mais importantes desafios para que se atenda a essas orientações consiste na escala de formação. Uma importante estratégia é o desenvolvimento de novas tecnologias e metodologias de ensino e comunicação (plataformas de educação a distância, telessaúde, produção e difusão de recursos audiovisuais etc.), bem como a apropriação do conceito de convergência tecnológica para órgãos gestores do SUS. Estratégia que também pode atender ao crescente papel da instituição na cooperação internacional, onde a saúde cada vez mais ocupa espaço diferenciado no relacionamento entre países. Ressalta-se, porém, que o uso de novas tecnologias e metodologias de ensino e comunicação requer uma reflexão apurada sobre as estratégias didáticas mais apropriadas em cada caso, de acordo com as concepções que orientam a formação.

Os avanços alcançados pela instituição são reconhecidos, mas há necessidade de promover maior integração das ações educacionais realizadas pelas diferentes unidades da Fiocruz, favorecendo seu alinhamento às necessidades do SUS.

O desafio de tornar essa integração efetiva implica no necessário debate a fim de estabelecer convergência de propósitos e concepções pedagógicas - incluindo aí a discussão das tecnologias educacionais -, sem prejuízo de diferenças conceituais e políticas. Implica também na definição de atribuições entre as unidades como parte de uma política institucional de formação que contemple os diferentes tipos de trabalhadores necessários ao SUS.

A atuação da Fiocruz em programas governamentais pactuados entre União, estados e municípios também se expressa no apoio a projetos como o QualiSUS Redes, conduzindo a avaliação do processo de implantação e desenvolvendo projetos de intervenção sistêmica; na coordenação da Política de Segurança do Paciente; na ancoragem de projetos de sustentação da Rede Cegonha; no Programa Crack, Álcool e outras Drogas; na Política de Assistência Farmacêutica; na Política de Práticas Integrativas e Complementares entre tantos outros exemplos de parcerias estabelecidas. É importante destacar ainda a atuação da instituição no apoio à Política Nacional de Promoção da Saúde como um dos espaços onde se busca o enfrentamento dos determinantes sociais e ambientais da saúde, internalizando uma agenda de ações intersetoriais e de caráter inovador.

No campo da Vigilância em Saúde, o Cievs/Fiocruz é uma das experiências que deverá passar por uma reestruturação com vistas a uma resposta coordenada das diversas unidades da Fundação a emergências de saúde pública. O objetivo é elevar a integração das ações junto às unidades responsáveis pela vigilância em saúde, a rede de laboratórios de referência, o INI e o IFF. A Fiocruz desempenha ainda, por meio do INCQS, importante papel na regulação do risco à saúde relacionado a produtos, ambientes, tecnologias e serviços em saúde, mediante o trabalho de várias unidades técnico-científicas no campo de serviços de referência, pesquisa e ensino nos diversos níveis (técnico e pós-graduação lato e estrito sensu), o que contribui para a efetivação do sistema nacional de vigilância sanitária. Essas iniciativas requerem articulação para maior efetividade, mediante um fórum interunidades.

A Rede Dengue vem integrando as atividades de promoção, prevenção, educação, assistência e diagnóstico realizadas pela Fiocruz para o enfrentamento da dengue à Rede de Ações Integradas de Atenção à Saúde no Controle da Dengue no Brasil. Colabora, portanto, com o Programa Nacional de Combate à Dengue e com estados e municípios no controle da doença. No que diz respeito a sua Rede de Serviços de Referência, a Fiocruz vem buscando fortalecer a imagem institucional de prestadora de serviços assistenciais de alta especificidade e que primam pela qualidade e segurança de seus usuários. Busca também a construção de uma cultura de qualidade e segurança do processo de atenção à saúde; de garantias de um ambiente de trabalho seguro e eficiente, de construção de uma liderança colaborativa na busca da excelência na qualidade e segurança; e de melhoria continuada dos processos e resultados de cuidados clínicos.

A integração de ações no campo do ambiente, da atenção e da promoção da saúde, constituindo um programa institucional da Fiocruz para a vigilância em saúde, que articule todas as capacidades institucionais na área, poderá ser uma estratégia importante para a obtenção de melhores resultados e busca de atuação mais sinérgica, preventiva e focada nos diversos perfis de morbimortalidade no território brasileiro e nos determinantes sociais e ambientais da saúde. Essa estratégia deve ter um modelo conceitual claro e de ampla abordagem. A Fiocruz já atua nesse campo com dispositivos variados e conta também com novas iniciativas voltadas para a saúde urbana, em cooperação com universidades e centros de pesquisa; a abertura de projetos junto às unidades no campo da saúde e ambiente; e o estabelecimento de parcerias com as instâncias de gestão do SUS no âmbito local e regional, em consonância com o modelo conceitual definido nas instâncias coletivas da Fundação e de suas unidades.

Nesse contexto, estarão em foco políticas como a da Atenção Hospitalar, a de Qualidade e Segurança do Paciente, a de Vigilância em Saúde e a de Promoção da Saúde. Estes são exemplos de oportunidades para a atuação da Fiocruz em agendas do SUS de importância fundamental na consolidação do sistema.

O desenvolvimento do projeto dos Institutos Nacionais de Infectologia e da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente – no que se refere ao novo campus de São Cristóvão e ao papel dessas unidades da Fiocruz, em articulação com outras estruturas semelhantes do Ministério da Saúde – conforma agenda de grande importância que gera consequências internas e externas nesses dois campos críticos para o SUS.

O desafio de melhor integrar as ações e serviços de atenção à saúde realizados pela Fiocruz, inclusive incrementando as atividades de referência já praticadas, coloca a necessidade de criar mecanismos de regulação da assistência e otimizar a capacidade instalada. Da mesma forma, é uma oportunidade para aprimorar os sistemas de informação, inovar na gestão das unidades e promover processos de aperfeiçoamento onde gestão da qualidade e gestão participativa façam parte da rotina do conjunto de unidades que prestam serviços de saúde na Fiocruz.

Na atenção básica, a consolidação do projeto Teias Manguinhos e o avanço do processo de acreditação internacional em curso na totalidade das unidades que oferecem apenas atenção ambulatorial são exemplos de experiências que podem ser utilizadas como plataformas para novas iniciativas na pesquisa, no ensino e no desenvolvimento de tecnologias assistenciais.

Acerca dos processos de acreditação internacional, faz-se necessária uma discussão sobre suas implicações, pois seus critérios, muitas vezes, se constroem sem levar em consideração as especificidades da realidade nacional e os modelos de desenvolvimento propostos, tendo mais um caráter de alinhamento às políticas e práticas internacionais de atenção, a partir do estabelecimento de um padrão para se inserir em determinados processos em nível global.

Essas questões, portanto, devem ser tratadas como parte de uma agenda de oportunidades para a inovação na gestão e nos serviços, e para o sistema de saúde como um todo. Nesse sentido, é fundamental que o processo de conformação adequada dos serviços de referência seja visto institucionalmente como prioritário.

O debate sobre a pesquisa e o ensino na Fiocruz, com suas singularidades, tem forte vinculação com essa

pauta, pois as necessidades observadas junto aos parceiros do campo da gestão são elementos essenciais para a reafirmação ou a redefinição de prioridades estabelecidas para essas áreas. Nesse sentido, a maior visibilidade sobre as ações, o fortalecimento de espaços de discussão sobre essas agendas nas Câmaras Técnicas e a garantia de sustentabilidade das iniciativas no interior das unidades ainda permanecem como pontos para aprofundamento.

Da mesma forma, considerando a expertise da Fiocruz nas áreas de informação e comunicação em saúde, divulgação científica e popularização da ciência, a instituição pode contribuir com ações que promovam e ampliem o debate público sobre saúde, e favoreçam a apropriação do conceito de promoção da saúde. Essas áreas podem colaborar para um melhor e mais amplo entendimento das formas de operação do SUS, otimizando o acesso da população ao sistema e fortalecendo o controle social.

Eixo 2: Ciência, Tecnologia, Saúde e Sociedade

No cenário mundial contemporâneo, a ciência, tecnologia e inovação (CT&I) assumem condição estratégica para o desenvolvimento sustentável, a geração de emprego e renda e a inclusão social. A economia mundial traz à tona o prisma de investimento em desenvolvimento tecnológico e inovação, superando o cenário de exploração de matérias-primas e manufaturas de baixo valor agregado. Aponta-se a importância da CT&I para o desenvolvimento sustentável de qualquer país, particularmente naqueles de industrialização tardia, como é o caso do Brasil.

Existe uma percepção mundial por parte das agências de financiamento segundo a qual os altos investimentos na pesquisa de base, ainda que gerem descobertas de extrema relevância do ponto de vista científico, têm alcançado resultados insuficientes em novos tratamentos e diagnósticos para a população. Um grande desafio da ciência moderna consiste em assegurar políticas públicas de fomento a pesquisas, que possam abarcar qualquer nível do ciclo de inovação, e o desenvolvimento de pesquisa translacional, proporcionando o incentivo de associações criativas entre grupos de pesquisas e empreendedores. A própria pesquisa no campo das políticas públicas, destaque para políticas sociais e nestas a de saúde, torna-se imperiosa, fundamental para a avaliação, monitoramento e continuado aperfeiçoamento das formas de intervenção e desenvolvimento do Estado e de suas instituições. Cabe ainda reconhecer a importância da pesquisa-ação, estratégia colaborativa de construção de conhecimentos e modelagem de inovações sociotécnicas, através de metodologias intersectoriais e participativas de intervenção, com foco na formulação de políticas públicas visando a redução de iniquidades em saúde em territórios socialmente vulnerabilizados.

A questão é como aproximar, sob a égide do interesse público, a política industrial, a de saúde e a de ciência, tecnologia e inovação, de modo que todas contribuam, simultaneamente, para o desenvolvimento social, entendido como crescimento econômico, sustentabilidade ambiental e melhoria da saúde e da qualidade de vida.

Na sociedade brasileira, as transformações históricas tornam-se evidentes nos diversos aspectos da saúde pública. O Brasil apresenta um novo e complexo perfil epidemiológico, no qual se observa um declínio das doenças infecto-parasitárias conhecidas, embora estas persistam causando importante impacto social em determinados segmentos da sociedade e regiões. Por outro lado, o país é vulnerável à emergência e à dispersão de agentes patogênicos desconhecidos, oriundos do rompimento de barreiras biológicas em decorrência do avanço sobre os ambientes naturais e do movimento globalizado de pessoas e mercadorias, processos responsáveis por doenças que, em sua maioria, impactam as populações mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, observa-se o aumento das causas externas (violência, por exemplo) e das doenças crônico-degenerativas de origem não infecciosa, incluindo cidadãos em situação de dependência de alta tecnologia e/ou de tratamentos de custo elevado – entre os quais crianças e adolescentes, segmento para o qual não há uma política pública.

No campo da pesquisa científica em saúde, também são significativas as mudanças nas últimas décadas. Com importantes grupos de pesquisa, capacidade instalada e história de muitas gerações dedicadas a sua

constituição, a saúde humana é o maior componente setorial de pesquisa no país. Verifica-se esforço sistemático para que o Ministério da Saúde ocupe lugar central no financiamento e na definição da agenda de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação, buscando-se maior aproximação entre a agenda de pesquisa e as políticas públicas de saúde. Deve-se observar que, desde a década de 1990, verificaram-se iniciativas no sentido de aproximar o debate sobre CT&I da agenda da Reforma Sanitária, como as Conferências nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde.

O Ministério da Saúde, como o principal articulador das estratégias de pesquisa em saúde, precisa garantir a efetiva participação de todos os segmentos da sociedade no debate da CT&I, congruente com uma prática democrática característica de momentos fundantes e estruturantes para a Reforma Sanitária Brasileira, como as Conferências Nacionais de Saúde, notadamente a 8^a, e as Conferências Nacionais de CT&I em Saúde.

A Fiocruz vem contribuindo para a construção do cenário nacional de políticas de CT&I em saúde acima descrito. Para fazê-lo com mais qualidade e intensidade, ela deve ser capaz de se preparar e buscar influenciar as mudanças nos cenários socio sanitários e de CT&I, bem como os marcos legais – controle da experimentação animal, dispositivos sobre CT&I, uso do patrimônio genético e do conhecimento tradicional a ele associado, e a repartição de benefícios deles advindos.

Pode ainda contribuir para a abordagem das questões relacionadas à saúde individual em novas áreas de importância epidemiológica crescente, na área de saúde coletiva e na pesquisa translacional, entendida esta última como pesquisa integrada que vai da produção do conhecimento científico básico à sua aplicação. Em termos institucionais, este é um grande desafio adicional, que de fato é estendido para toda a dinâmica da ciência atual em especial no nosso país: a de transpor a barreira que ainda existe entre o conhecimento gerado pela pesquisa científica e os caminhos necessários para a agregação de valor para a sociedade.

No que se refere à Rede Fiocruz de Pesquisa Clínica é necessário informatizar suas atividades, fomentar e potencializar a sinergia das unidades vocacionadas para esta atividade, para que possam atuar em caráter de complementariedade fortalecendo sua integração à Rede Nacional de Pesquisa Clínica com a proposição de novos estudos (os estudos nacionais, longitudinais, multidisciplinares e translacionais) capazes de gerar respostas aos problemas de saúde da população brasileira.

No campo dos biomodelos experimentais em CT&I, a Fiocruz realizou um grande avanço, ao criar e sediar o Centro Brasileiro de Validação de Métodos Alternativos (BraCVAM), em 2012, em uma parceria com a Anvisa. Entretanto, consiste em ação imprescindível continuar investindo na ciência em animais de laboratório como um todo, com destaque para a disseminação, na sociedade, dos benefícios que essa ciência traz para o monitoramento e a cura de doenças humanas e de cunho clínico veterinário, com contribuições importantes para o delineamento de estratégias diagnósticas e terapêuticas. É imprescindível também a implementação de uma política institucional de manutenção e uso de modelos animais. Nota-se tal necessidade pelo fato de que tais biomodelos, embora muito peculiares e especiais, por ser tratar de seres vivos, constituem parte estratégica da pesquisa em saúde, não havendo previsão para sua completa e imediata substituição.

Ainda que haja importantes obstáculos a serem superados, a Fiocruz avançou em sua política de CT&I, com destaque para diversos programas de financiamentos (Papes, PDTIS, PDTSP, Plataformas Tecnológicas) e, em seu programa de vigilância em saúde, por meio de seus laboratórios de referência em diversos agravos. Vários destes programas foram propostos em uma configuração de rede visando, além de integração institucional, celeridade na resolutividade dos problemas colocados nas diversas temáticas. No entanto, apesar do saldo positivo, ainda há a necessidade de programas integradores e de fomento de iniciativas empreendedoras vinculadas à agenda institucional de prioridades. Persiste ainda a limitada capacidade de transformar os resultados de pesquisa científica em resultados para o sistema, sejam imunobiológicos, novos fármacos e reagentes para diagnóstico, como também modelos, métodos, práticas ou políticas de aprimoramento e inovação em serviços e para o SUS. Reitera-se a importância da geração de programa de investimento para projetos de risco, incluindo os de pesquisa básica, mas que tenham potencial de gerar inovação.

É necessária uma política que possa integrar ainda mais os diversos setores de CT&I da instituição e alinhá-los com os processos impulsionadores da cadeia de inovação e na formulação de políticas públicas. Aponta-se a necessidade de inovar nos processos de desenvolvimento da Fiocruz como ferramenta de agregar valores para a melhoria da saúde e da sociedade. Lança-se como desafio a construção de uma agenda estratégica que possa alinhar os processos de desenvolvimento da pesquisa da Fiocruz com a dinâmica das necessidades da população, através de procedimentos e práticas importantes no campo da saúde pública, formulação de políticas, ou no campo de insumos da saúde.

E, para garantir que a inovação esteja alinhada com as necessidades da saúde pública, cabe considerar a prospecção (de saúde, tecnológica e da dinâmica do mercado) como o primeiro item da Cadeia de Inovação da Fiocruz, considerando a importância das doenças negligenciadas.

A Fiocruz afirma-se como referência na área da informação e comunicação em saúde, com potencial competência instalada, sempre em resposta às demandas do SUS. Entretanto, soma-se ainda a necessidade de estudo e ampliação de estratégias que otimizem áreas críticas, como aquelas afeitas às tecnologias de informação e comunicação, que, igualmente, respondem às demandas do SUS (produção de audiovisuais, e-books, sistemas, jogos etc.). Para tanto, necessita-se de efetivo e forte investimento para o desenvolvimento dessas áreas.

Para vencer os desafios postos, exige-se o rompimento de duas grandes fronteiras: uma de caráter geográfico e político, projetando a Fiocruz e seu papel nacional, e outra epistemológica, capaz de romper os limites de caráter disciplinar clássico, por meio de políticas de CT&I que incentivem as colaborações criativas, inclusive no diálogo com esferas públicas ampliadas (formais – conselhos – e não formais – fóruns de movimentos sociais e de organizações de base comunitária). E incentivem também: a abordagem translacional do conhecimento centrado em problemas e cenários atuais e futuros; as abordagens do quadro epidemiológico e situacional dos países em desenvolvimento; a produção multidisciplinar do conhecimento e seu compartilhamento.

No que se refere à fronteira geográfica, a agregação de valores tanto no campo da economia quanto no campo da saúde exige, num país federativo e continental, conhecimento loco regional. Como instituição estratégica de Estado, a Fiocruz participa de programas e propõe iniciativas que possam reduzir as assimetrias regionais. Para ampliar o alcance dessas ações, deve aprofundar seu papel na formulação estratégica e fortalecer ações da instituição que impactem situações cujas condições sociais expressem relevância no que se refere à saúde e seus componentes econômicos e sociais.

No que tange à questão epistemológica, o desenvolvimento científico deve ser orientado a luz de critérios claros de atendimento das necessidades da população brasileira, inclusive no que se refere às doenças da pobreza, hoje prioritárias para o SUS e para os países em desenvolvimento e menos desenvolvidos. A instituição deve ser capaz, também, de lidar com as transformações epidemiológicas, sociais, cognitivas e ambientais, por meio de indução de programas nas diversas áreas de pesquisa em saúde – biomédicas; saúde coletiva; sociais e humanas; tecnológicas e de conhecimento, como neurociência, oncologia, a bio e nanotecnologia. Com esta perspectiva a consolidação de instrumentos que produzam evidências sobre as atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico são fundamentais para o apoio à gestão e formulação de políticas institucionais de CT&I.

Fundamental para o alcance de metas de geração de conhecimento científico e transformação destes em produtos de uso no SUS é a ampliação e modernização continuada de um parque de equipamentos de média e alta complexidade. Nesse sentido, uma das redes do PDTIS é precisamente em plataformas tecnológicas, e este é um avanço estratégico a ser destacado. No entanto, é absolutamente necessário investimento continuado neste setor.

Finalmente, a manutenção de investimentos na formação de recursos humanos e de elevado nível é essencial para reduzir as diferenças na produção científica e em especial na geração de produtos e processos

inovadores. Para o sistema de CTI nacional, várias estratégias e iniciativas podem ser identificadas, como a ampliação de centros formadores (universidades e ICTs) nas regiões brasileiras com menor concentração de mestres e doutores e o Programa Ciência sem Fronteiras. A Fundação participa desse movimento por meio do macroprojeto de Fiocruz Nacional e dos diversos programas e acordos de cooperação para a formação de pesquisadores.

Pesquisa, desenvolvimento e inovação exigem ainda a mobilização de diversos outros componentes críticos: a promoção da pesquisa integrada e multidisciplinar, somando competências, força de trabalho e conhecimento nas diversas áreas científicas e tecnológicas nos grupos de pesquisa da Fiocruz; melhor integração estratégica com os programas de ensino da Fiocruz, formando novos profissionais nas áreas de conhecimento até agora pouco atendidas; modernização na gestão de suporte às atividades de P&D; gestão de conhecimento integrada às atividades de pesquisa; e ações integradas de educação, divulgação científica e popularização da ciência.

Principal instituição não universitária de formação de força de trabalho para o SUS e para o sistema de CT&I em saúde no país, a Fiocruz conta hoje com 33 programas de pós-graduação em áreas do conhecimento diversas: ciências biológicas; saúde coletiva; biotecnologia; medicina; interdisciplinar; ensino de ciências; farmácia e história. A avaliação da Capes para o triênio 2010-2012 apontou a qualidade dos programas da Fiocruz e os avanços institucionais alcançados, não obstante a permanente necessidade de revisão de resultados e metas. O Plano Nacional de Pós Graduação (2011- 2020) reconhece a necessidade de mudanças no sistema e propõe a adequação da metodologia de avaliação a novas tendências, o que implica, entre outras alterações, agregar indicadores de produtividade tecnológica e social aos critérios predominantemente acadêmicos já existentes. Também é necessária a revisão dos conceitos que presidem o recorte das áreas, cedendo mais espaço a considerações multidisciplinares. Aprofundar o debate e indicar novos parâmetros para a avaliação, com expectativa de contribuir para a política institucional e nacional no contexto mais amplo de avaliação da pesquisa e da pós-graduação, é um objetivo importante ao qual vem se dedicando a Fiocruz.

Outra importante vertente da formação desempenhada pela Fiocruz é a da Iniciação Científica, onde o aprender/ensinar a fazer ciência se afigura como parte do processo ético-político de formação humana desde a educação básica. A iniciação ao trabalho científico, na qual se produz a apreensão dos fundamentos da ciência, tem um caráter estratégico fundamental para a Fiocruz, para o sistema de C&T e para o desenvolvimento científico do país, ao oferecer formação inicial e incentivar a formação de novos pesquisadores.

Para que Ciência, Tecnologia e Inovação atuem efetivamente como determinante do desenvolvimento sustentável, torna-se imperioso na sociedade contemporânea enfatizar o papel da educação, da informação, da comunicação, da disseminação, da divulgação científica e da popularização da ciência na busca de novas e criativas formas de interação e diálogo com a sociedade. A Fiocruz vem desempenhando protagonismo e deve aprimorar seus programas e ações com o objetivo de aprofundar a compreensão pública sobre o papel e os resultados da pesquisa científica em saúde, de inscrever a ciência na construção da democracia e da cidadania e de ser um canal de participação social. Neste contexto, é estratégico consolidar o processo participativo de construção da Política de Popularização da Ciência na Fiocruz. Os principais resultados desse processo devem contemplar aspectos como: fortalecer e qualificar a presença da instituição em territórios socialmente vulnerabilizados; interiorizar ações da Fiocruz, bem como integrar, diversificar e ampliar as ações de popularização da ciência da Fiocruz. A Fiocruz também deve conferir um lugar de destaque às suas políticas de patrimônio e cultura na busca pela superação das iniquidades sociais. A valorização do conhecimento, em especial do conhecimento histórico, o respeito à diversidade cultural e aos elementos que constituem o patrimônio imaterial das populações em diferentes regiões podem servir como instrumentos no combate ao desenvolvimento econômico desordenado, às desigualdades sociais, à discriminação racial.

Eixo 3: **Inovação e Complexo Produtivo em Saúde**

O cenário político atual no Brasil continua favorável ao fortalecimento do Complexo Industrial da Saúde, no qual há uma sinergia entre a política Industrial e a Política de Saúde. Essa é uma situação singular no mundo, pois fortalece a base produtiva farmoquímica, biotecnológica e farmacêutica nacional, ao contrário de outros países que optaram por importar produtos. Contudo, esse tema carrega um conjunto de proposições que merecem uma apreciação mais detida, no que tange à sua base conceitual e às perspectivas políticas com as quais dialoga.

As Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), realizadas entre instituições públicas e entidades privadas, devem objetivar o acesso a tecnologias prioritárias, a redução da vulnerabilidade do SUS no longo prazo e a racionalização e redução de preços de produtos para a saúde, com o comprometimento de internalizar e desenvolver novas tecnologias estratégicas e de valor agregado elevado. Cabe destacar que, no âmbito dessas parcerias, deve-se fortalecer o Estado como ente autônomo e capaz de regular este círculo virtuoso em benefício das demandas da sociedade. Desde 2009, unidades da Fiocruz já realizaram 35 dessas parcerias.

Ao mesmo tempo em que deve garantir a construção de caminhos próprios da ciência, sem que os esforços de pesquisa e inovação sejam exclusivamente direcionados à produção, a atuação da Fiocruz deve facilitar a introdução de novos produtos no SUS, contribuindo para a regulação da lógica estruturada pelo mercado. Igualmente fundamental é a participação da Fiocruz em audiências públicas internas e externas, comunicando os resultados que podem ser conquistados através das PDPs: ampliação de acesso, economia de divisas, capacidade inovativa internalizada, aceitação social de novas tecnologias, fortalecimento da base industrial brasileira com novas plataformas tecnológicas instaladas etc. Ressalva-se que promover e ampliar o debate público sobre saúde é importante não só no âmbito dos resultados das PDPs, mas também de forma mais ampla, considerando a expertise da Fiocruz na área da comunicação.

Apesar do cenário positivo em relação à participação da Fiocruz no desenvolvimento e produção de insumos para a saúde, uma análise das parcerias já formalizadas nos obriga a uma reflexão sobre sua relevância e continuidade. Objetivando minimizar os riscos de insucesso em parcerias, a Fiocruz constituiu um grupo de trabalho que estabeleceu um painel de critérios para avaliação das PDPs já formalizadas e para análise prévia de propostas de novas PDPs. Novos mecanismos de prospecção para futuras PDPs, bem como instrumentos de monitoramento e avaliação das mesmas, devem ser aperfeiçoados, como condição para maior racionalidade e eficácia.

No final de 2013, o Ministério da Saúde divulgou uma lista de produtos considerados estratégicos para o SUS. Além de vacinas e medicamentos, de base sintética e biotecnológica, foram incluídos produtos para a saúde tais como equipamentos hospitalares, próteses e softwares.

A análise dessa lista indica o potencial da Fiocruz de continuar a ser um ator de destaque na produção pública desses insumos para o SUS. Atenção especial deve ser dada às Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), devido à situação de grande vulnerabilidade do Brasil no setor farmoquímico, onde a produção nacional é incipiente.

Adicionalmente, há uma boa oportunidade para a Fiocruz se consolidar como um centro de desenvolvimento de diagnóstico, destacando-se kits de diagnóstico rápido para o monitoramento de emergência de agentes patogênicos, inclusive no âmbito das relações Sul-Sul e com organismos internacionais.

No contexto da expansão de nossa capacidade produtiva de base biotecnológica e farmoquímica, deve-se estabelecer critérios de seleção de projetos, visando à incorporação de novas tecnologias de interesse do SUS. A Fiocruz já trabalha na concepção de uma planta farmoquímica para a produção de IFAs de interesse do SUS. Com este projeto, espera-se incorporar mais uma etapa na cadeia produtiva de medicamentos, favorecer a produção pública e reduzir custos com medicamentos incorporados ao SUS, além da produção de novos protótipos em escala piloto.

Outro ponto diz respeito à participação mais ativa da Fiocruz na criação e desenvolvimento de biomodelos experimentais. Para tanto, faz-se necessária a instalação de nova plataforma para este fim, que garanta as condições ideais para a criação e manutenção de animais, contemplando todos os requisitos éticos e de bem-estar, bem como aqueles necessários para o desenvolvimento técnico-científico neste campo de atuação.

Há de se pensar no médio e longo prazo, de modo que a Fiocruz se consolide como Instituição capaz de gerar produtos inovadores para atendimento aos mercados nacional e internacional, priorizando a demanda pública. Iniciativa em curso trata da proposição da Fiocruz como unidade virtual da Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii/MCTI), com compromissos explícitos de mobilização de recursos, públicos e privados para o alcance de novos insumos relacionados à saúde. Este processo, se bem sucedido, projeta compromissos já em médio prazo, de seis anos à frente.

Eixo 4: Saúde e Sustentabilidade Socioambiental

A OMS define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas meramente a ausência de doenças e enfermidades. Esta é uma clara expressão de uma concepção bastante ampla da saúde e diretamente relacionada com o conceito de determinantes sociais da saúde. Neste sentido, a aplicação do conceito de determinantes sociais como proposta de atuação da Fiocruz no território em seu entorno (como projeto piloto) torna-se um desafio e pode ser visto como uma valiosa contribuição para o avanço do processo de reforma sanitária brasileira e para a construção de uma sociedade mais humana e justa.

A ampliação da atuação de diversas unidades regionais neste campo trará avanços importantes para a capilarização das iniciativas em nível nacional. Vai articular a abordagem dos eixos definidos para a área com as necessidades e prioridades identificadas nas regiões, de modo que haja orientação institucional adequada e maior capacidade de operacionalização dos projetos do programa de saúde e ambiente e do Centro Colaborador da OMS. A publicação de editais para a indução de iniciativas voltadas para a área de vigilância em saúde e ambiente permitirá não somente a consolidação de processos de desenvolvimento de tecnologias, mas principalmente a abertura de novas possibilidades voltadas à inovação e a construção de soluções para problemas decorrentes da interface da saúde com as dimensões definidas como prioritárias para a Fiocruz. São elas: mudanças climáticas, biodiversidade, novos processos migratórios, saneamento e impactos de grandes empreendimentos e saúde do trabalhador.

Devem ser objetivos centrais a ampliação da atuação na Amazônia e a intensificação das ações no semiárido, com projetos voltados para a atuação na interface seca e saúde. A presença nacional da Fiocruz possibilita também, entre outros temas importantes, a inserção no debate contemporâneo sobre saúde urbana, área estratégica de investigação para um país que tem mais de 80% de sua população vivendo em áreas urbanas. Dessa forma, contribui para um desenvolvimento regional ambientalmente sustentável.

A articulação de projetos com instâncias municipais e estaduais, para além da União, também pode ser um foco importante de atuação, principalmente a partir da interação construída no processo de cooperação com Conass e Conasems. É importante ressaltar que a aproximação com os grandes debates sobre desenvolvimento econômico é uma estratégia a ser explorada para direcionar os projetos nacionais no sentido da sustentabilidade e da saúde, de forma que o alcance dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) possa fazer parte da agenda de toda a sociedade. Os processos de articulação já iniciados com o BNDES e a ABDE (Associação Brasileira de Instituições Financeiras de Desenvolvimento) são exemplos práticos nesse processo.

A Fiocruz também acumulou conhecimentos com algumas experiências que incorporaram as questões levantadas por movimentos sociais. A instituição tem buscado respostas para a proteção da vida das populações no diversificado e desigual território brasileiro. Em parceria com os movimentos de trabalhadores do campo e da floresta, tem sido feito o acompanhamento das agendas dos conflitos ambientais e das grandes questões nacionais envolvendo setores produtivos, como o agronegócio e o

problema dos agrotóxicos. Tem havido uma atuação destacada em abordagens sobre os setores siderúrgico e de petróleo, entre outros.

A Fiocruz vem atuando na organização de estudos que analisam os impactos socioambientais dos grandes empreendimentos, inclusive com exemplar demonstração de assessoria técnica independente a órgãos públicos. Esses estudos, onde profissionais de diferentes unidades se reúnem para analisar um tema em comum, têm orientado o posicionamento institucional e ações estratégicas. Esses grupos de trabalho são bons exemplos de estratégia de integração intrainstitucional. Porém, para que eles atinjam seus objetivos, é indispensável garantir condições para seu desenvolvimento e aprimorar sua relação com as Câmaras Técnicas e outros órgãos colegiados da Fiocruz.

Destaca-se a importância de reativar a Comissão Institucional de Biossegurança e a Comissão de Acesso ao Patrimônio Genético, bem como criar uma política e um programa integrado entre Biossegurança, Bioética, Biodiversidade, Bionanossegurança e Animais de Laboratório.

A preservação da biodiversidade e sua exploração sustentável, a elevação das capacidades de enfrentamento dos desafios colocados pelas mudanças climáticas e os efeitos dos desastres sobre a saúde têm sido bastante debatidos na instituição. Os resultados têm sido importantes na instalação de plataformas como observatórios, centros de estudos e projetos de pesquisa e intervenção. Cabe à Fiocruz promover esforços para manter estas temáticas no centro de suas estratégias nacionais, de modo articulado com as grandes políticas ambientais e o estabelecimento das regiões de saúde no interior do SUS.

Cabe ressaltar a questão da saúde dos trabalhadores como um eixo que ganha destaque, não somente devido ao forte processo de formalização do trabalho em curso no Brasil e às lutas por condições de trabalho dignas, mas também pela expectativa da IV Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador. Este é um espaço em que a Fiocruz tem tradicionalmente participado com protagonismo, tanto pela atuação na construção de referências para a atenção à saúde do trabalhador (segurança química, riscos biológicos etc.), quanto pela ação independente de assessoria técnica ao setor público e pelo apoio ao movimento sindical.

Essa agenda, além de ressaltar a necessidade de interação da dimensão da promoção da saúde com as da atenção e das vigilâncias, também coloca o desafio de destacar esta temática na XV Conferência Nacional de Saúde, prevista para 2015. Sinaliza também uma perspectiva de diálogo mais intenso com a sociedade civil organizada.

Eixo 5: Saúde, Estado e Cooperação Internacional

Ao se defrontar com os desafios da cooperação internacional, faz-se necessário observar a interferência crescente que as políticas públicas nacionais – sejam de educação, de saúde e de trabalho, entre outras – têm sofrido na forma e no conteúdo das suas formulações. Sobretudo os países em desenvolvimento vêm se deparando com reformas liberalizantes, que trazem um enfoque de mercado, provocando uma tensão entre as heranças históricas e as receitas homogeneizantes para fazer frente aos desafios da globalização. As premissas de liberalização econômica e reforma do Estado redefiniram as políticas sociais, impingindo a reconfiguração da forma em que os direitos sociais vinham sendo historicamente garantidos, para além das especificidades nacionais que determinaram a construção de sistemas nacionais de educação e de saúde e a elaboração de instrumentos legais de regulação da relação trabalhista. Esta busca de homogeneização liberalizante acabou por aprofundar as diferenças estruturais e as desigualdades políticas, sociais e culturais, sobretudo dos países da América Latina e África – razão de ser da cooperação Sul-Sul.

Ao longo de sua trajetória, a Fiocruz tem contado com parcerias de assistência técnica internacional com instituições de países mais desenvolvidos (cooperação Sul-Norte) e também de países em desenvolvimento (cooperação Sul-Sul).

De uma cooperação baseada em objetivos pré-definidos pelos países doadores, com um sentido filantrópico e/ou de interesses empresariais, evoluiu-se para uma ampla reorientação de caráter solidário e ético em prol

de uma saúde global melhor e mais equitativa. Esse processo levou à articulação entre o setor da saúde e o das relações exteriores, incorporando uma visão extrasetorial e gerando o que se está designando como Diplomacia da Saúde, que envolve negociações que transcendem as fronteiras nacionais e expõem os países às influências globais.

Contribuíram para esta evolução uma série de reuniões internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), após a realização da Cúpula do Milênio e da proposição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Nessas reuniões, que se realizaram em Roma (2003), Paris (2005), Accra (2008) e Busan (2011), discutiu-se como conferir maior eficiência à cooperação internacional para o desenvolvimento, com uma contribuição de mais qualidade, transparência, resultados efetivos para o desenvolvimento dos países parceiros e, principalmente, estabelecida em conjunto. A ONU vem promovendo um amplo debate sobre o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sobre a análise da agenda para o próximo período (pós 2015).

Entre os desafios, destaca-se o aprimoramento da governança nesse campo, com a proposta de uma cooperação compartilhada, baseada no planejamento estratégico conjunto, centrado na realidade dos países, tanto em termos de suas necessidades, como da disponibilidade de recursos para implementação de projetos. Com isto se assegura a harmonização dos projetos e das políticas e a apropriação das ações entre os países parceiros, promovendo um desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a Fiocruz vem implementando a abordagem da Diplomacia da Saúde em conjunto com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE) e a Assessoria de Assuntos Internacionais em Saúde (AISA/MS), e ampliando a representação com os organismos e fóruns internacionais de saúde (OMS, OPAS, UNICEF, PNUD, etc.).

Considerando também os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS/Rio+20), o tema da saúde não pode limitar-se ao fortalecimento da cobertura universal dos serviços médicos. A Fiocruz, pelas características de suas atividades no desenvolvimento de ciência e tecnologia, agrega à visão prospectiva da saúde as prioridades estratégicas relativas à pesquisa e inovação. Nesse âmbito, a Fundação assume importância especial - e possivelmente única em nível internacional -, tendo em vista a diversidade e amplitude dos campos em que atua, integrando a pesquisa básica, a saúde pública, a produção e inovação tecnológica, a atenção médica e a formação de trabalhadores em saúde, assim como a comunicação e informação em saúde. Essa diversidade permite uma visão ampliada de toda a problemática de saúde para o desenvolvimento dos Sistemas de Saúde.

A Fiocruz defende uma abordagem de cooperação estruturante em saúde, que visa à melhoria dos sistemas nacionais de saúde e de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) como um todo. Para tanto, confere-se grande importância ao fortalecimento das instituições estruturantes dos sistemas, como os Ministérios da Saúde, os Institutos Nacionais de Saúde, as Escolas de Saúde Pública e de Técnicos em Saúde, os complexos de produção em saúde, os hospitais especializados e os centros de atenção primária. Essa abordagem sistêmica valoriza as ações promocionais, preventivas e curativas, incluindo o amplo espectro de doenças com ênfase na saúde da mulher, da criança e do adolescente, nas doenças transmissíveis e não transmissíveis, e no acesso aos medicamentos essenciais, aos serviços sanitários e de higiene, à nutrição adequada e a estilos de vida saudáveis. Especial atenção deve ser dada à formação dos profissionais em saúde, em todos os níveis de formação, que estejam ligados às instituições estruturantes.

Essa abordagem de sistemas de saúde e de CT&I gera um potencial translacional que orienta não apenas a atuação nacional da Fiocruz, como também a cooperação com países desenvolvidos e em desenvolvimento. Há especial atenção para os grupos de países que integram parcerias estratégicas com o Brasil, como a União de Nações da América do Sul (UNA-SUL), a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), o grupo constituído por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (Brics) e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Vale recordar, ainda, o posicionamento doutrinário da Fiocruz no contexto do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, com respeito às relações entre saúde e desenvolvimento. O aspecto essencial é afirmar a saúde como direito humano fundamental, que representa fator determinante do desenvolvimento, além de constituir sua finalidade mais nobre; e renegar o atrelamento da saúde como consequência ou subproduto do desenvolvimento. Desse modo, a participação institucional da Fundação na política externa brasileira de cooperação para o desenvolvimento, seja Sul-Sul ou Sul-Norte, se orienta para a construção e consolidação de estratégias e programas guiados pelo princípio da solidariedade internacional e pelo compromisso com os direitos humanos. Isso significa, em última instância e simultaneamente, objetivo primordial de promoção da equidade em saúde, elemento essencial para o desenvolvimento sustentável. Paralelamente, a Fiocruz tem o importante desafio de melhor organizar a sua cooperação Norte-Sul, que tem importante papel no desenvolvimento técnico-científico institucional.

No que tange à cooperação Sul-Sul, alguns desafios são visualizados, tais como:

- Incentivar, no âmbito das redes sob a responsabilidade da Fiocruz, a realização de estudos que, estimulando o desenvolvimento de bases de dados integrados, resultem em novos conhecimentos sobre a formação dos trabalhadores em saúde – independentemente de seu nível de formação ou atuação profissional –, sua inserção no mercado de trabalho e sua mobilidade em âmbito nacional, regional e global;
- Intensificar a dimensão de divulgação, informação e comunicação em saúde como indispensável ao fortalecimento de um coletivo crítico no campo da formação dos trabalhadores em saúde – independentemente de seu nível de formação ou atuação profissional –, buscando envolver outros parceiros e as autoridades nacionais responsáveis pela tomada de decisões;
- Apoiar o caráter integrado e integral de qualquer projeto público que se proponha a articular a formação dos trabalhadores em saúde – independentemente de seu nível de formação ou atuação profissional – e que incorpore os fundamentos científico-tecnológicos e sociais de sua atividade, os pressupostos e os problemas que orientam a organização dos sistemas nacionais de saúde, à luz dos determinantes sociais e da atenção primária à saúde.

Missão, Visão, Valores e as Perspectivas para o Longo Prazo - PLP (2022)

O VII Congresso Interno assume e mantém as proposições aprovadas no VI Congresso. Especificamente, no Mapa Estratégico Corporativo, considerando o papel da Fiocruz e observando o eixo Desafios do SUS, propõe-se uma nova formulação para este, que passa a ser denominado de Atenção, Promoção, Vigilâncias, Geração de Conhecimentos e Formação para o SUS. Essa nova designação torna os processos internos relacionados ao eixo mais claros, objetivos e tangíveis (Figura 2). Ademais, reproduz-se a seguir a missão, a visão, os valores e os resultados para a sociedade aprovados no VI Congresso Interno.

Missão

Produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e que contribuam para a promoção da saúde e da qualidade de vida da população brasileira, para a redução das desigualdades sociais e para a dinâmica nacional de inovação, tendo a defesa do direito à saúde e da cidadania ampla como valores centrais.

Visão

Ser instituição pública e estratégica de saúde, reconhecida pela sociedade brasileira e de outros países por sua capacidade de colocar a ciência, a tecnologia, a inovação, a educação e a produção tecnológica de serviços e insumos estratégicos para a promoção da saúde da população, a redução das desigualdades e iniquidades sociais, a consolidação e o fortalecimento do SUS, a elaboração e o aperfeiçoamento de políticas públicas de saúde.

Valores

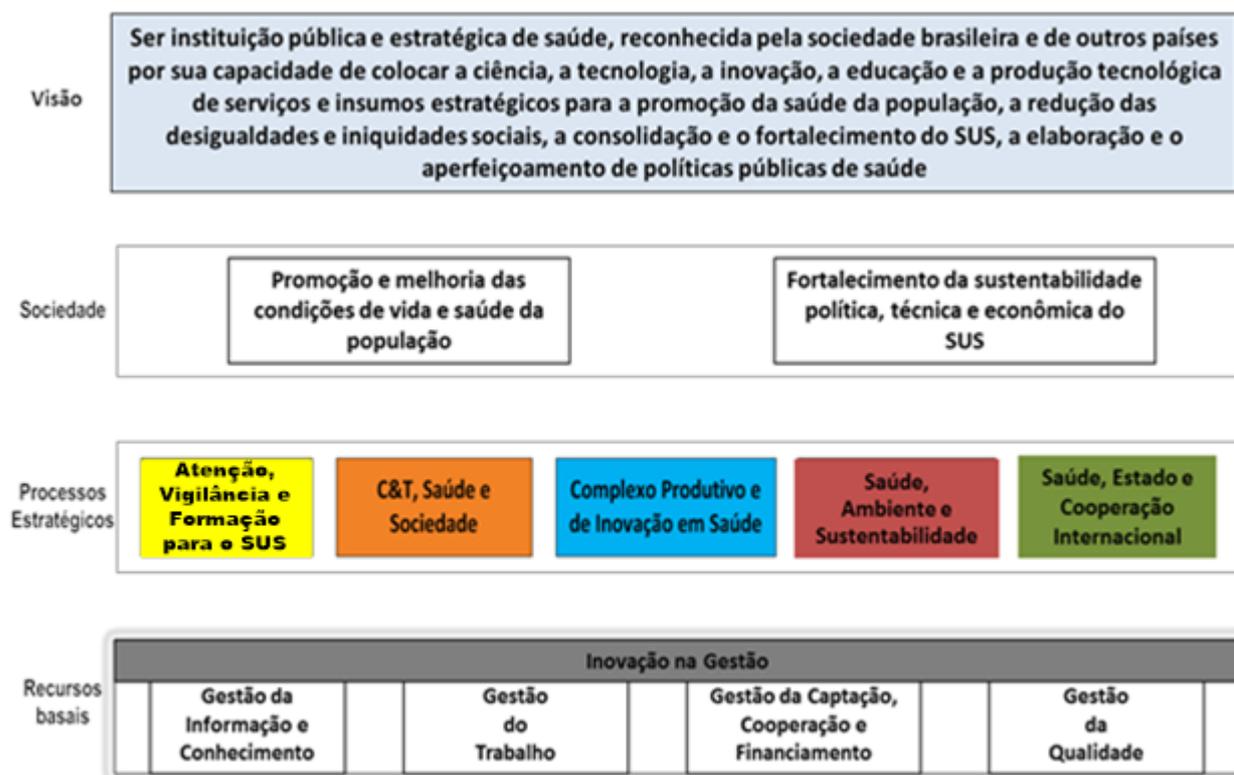
- Compromisso institucional com o caráter público e estatal;

- Ciência e inovação como base do desenvolvimento socioeconômico e da promoção da saúde;
- Ética e transparência;
- Cooperação e integração;
- Diversidade étnica, de gênero e sociocultural;
- Valorização dos trabalhadores, alunos e colaboradores;
- Qualidade e excelência;
- Redução das iniquidades;
- Compromisso com as principais metas de transformação social do Estado brasileiro;
- Compromisso socioambiental;
- Democracia participativa;
- Democratização do conhecimento;
- Educação como processo emancipatório.

Resultados para a sociedade

- Promoção e melhoria das condições de vida e saúde da população, com ênfase na redução das desigualdades e iniquidades no acesso aos serviços e às condições promotoras da saúde;
- Fortalecimento da sustentabilidade política, técnica e econômica do Sistema Único de Saúde (SUS), baseado em uma visão ampliada de saúde, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico sustentável do país.

Figura 1 - Mapa Estratégico Fiocruz, 2022 (VII Congresso Interno, 2014)



Objetivos Estratégicos para o período 2014 - 2017

A seguir são apresentadas as diretrizes e objetivos estratégicos para os cinco eixos finalísticos da instituição, com seus respectivos mapas, em consonância com o mapa corporativo.

Eixo 1: Atenção, Promoção, Vigilâncias, Geração de Conhecimentos e Formação para o SUS

VISÃO

Ser instituição de referência na promoção, vigilâncias, informação e comunicação em saúde, formação de quadros profissionais para o SUS, geração de conhecimentos que contribuam para a formulação de políticas públicas de saúde e modelos de atenção integral, em especial nos campos da saúde da mulher, da criança e do adolescente, da infectologia e da atenção primária em saúde.

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

- Contribuir para a ampliação da capacidade de resposta do SUS no campo da atenção integral à saúde.
- Oferecer serviços, soluções e modelos para a atenção, a promoção e as vigilâncias a partir das atividades de pesquisa, ensino e desenvolvimento tecnológico e do conhecimento gerado pela assistência de referência à saúde.
- Desenvolver análises para a formulação de políticas intersetoriais que impactem a saúde no Brasil.
- Qualificar e ampliar a formação de trabalhadores em saúde para CT&I e para o SUS.
- Contribuir para a segurança, a qualidade e a eficácia dos produtos, serviços e ambientes relacionados à saúde.
- Contribuir para o fomento e a ampliação do debate público sobre a política nacional de saúde, disseminando a perspectiva dos determinantes sociais e ambientais de saúde e fortalecendo o controle social.

PROCESSOS INTERNOS

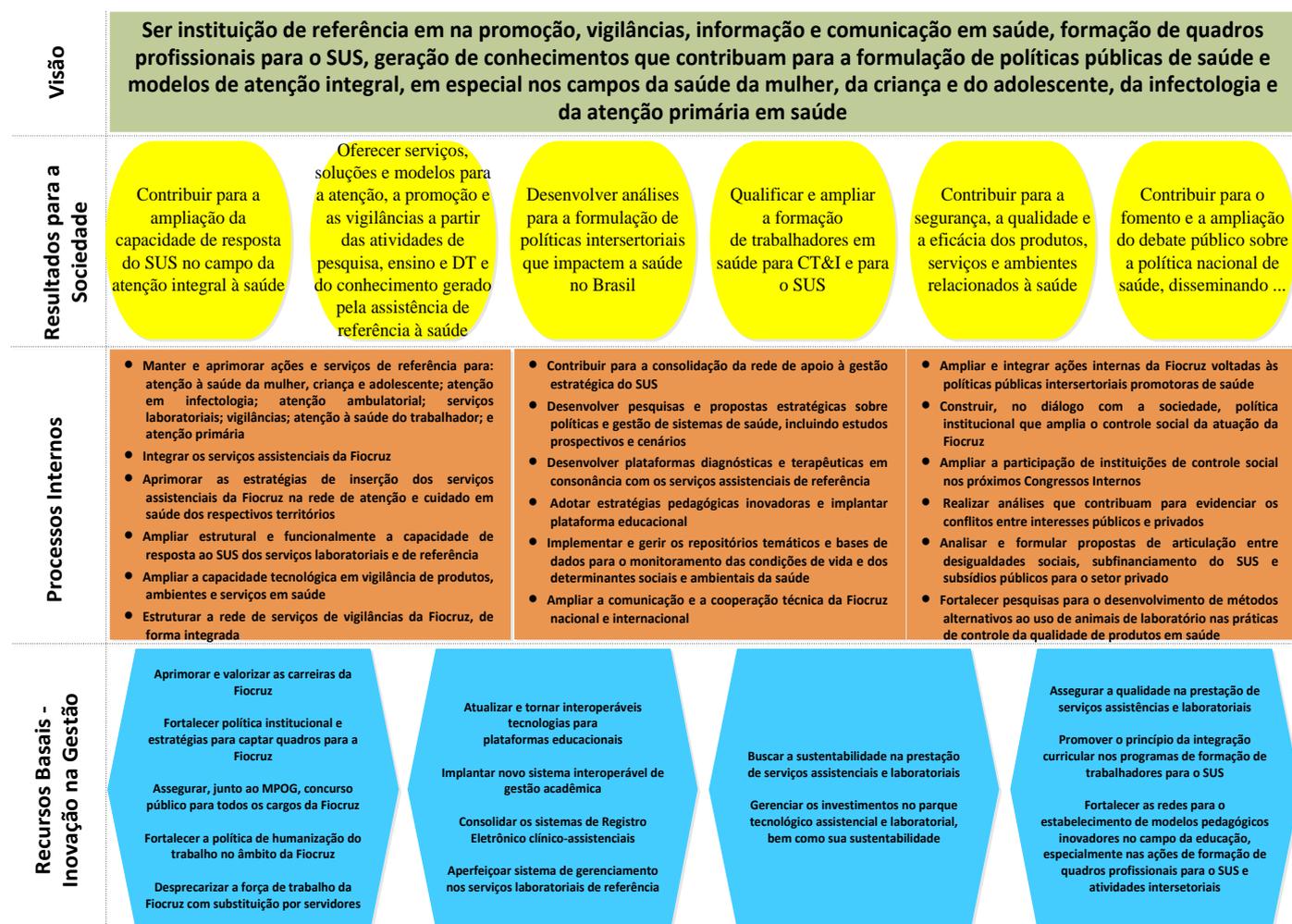
- Manter e aprimorar continuamente ações e serviços de referência para: atenção à saúde da mulher, da criança e do adolescente; atenção em infectologia; atenção ambulatorial; serviços laboratoriais; vigilâncias; atenção à saúde do trabalhador; e atenção primária.
- Integrar os serviços assistenciais da Fiocruz, respeitando a especificidade e a autonomia das unidades, na perspectiva da construção de modelos de atenção e qualificação desses serviços, visando melhor atendimento aos usuários.
- Aprimorar as estratégias de inserção dos serviços assistenciais da Fiocruz na rede de atenção e cuidado em saúde dos respectivos territórios, fomentando parcerias locais que fortaleçam a integração do SUS através de modelos de governança.
- Ampliar estrutural e funcionalmente a capacidade de resposta ao SUS dos serviços laboratoriais e de referência.
- Ampliar a capacidade tecnológica em vigilância de produtos, ambientes e serviços em saúde.
- Fortalecer pesquisas para o desenvolvimento de métodos alternativos ao uso de animais de laboratório nas práticas de controle da qualidade de produtos em saúde.
- Estruturar a rede de serviços de vigilâncias da Fiocruz, de forma integrada, a fim de fortalecer e qualificar os sistemas nacionais.
- Contribuir para a consolidação da rede de apoio à gestão estratégica do SUS, considerando a participação social efetiva na tomada de decisões.
- Desenvolver pesquisas e propostas estratégicas sobre políticas e gestão de sistemas de saúde, incluindo estudos prospectivos e cenários nas áreas de atenção à saúde, força de trabalho para o SUS, vigilâncias e determinantes sociais e ambientais da saúde.
- Desenvolver plataformas diagnósticas e terapêuticas em consonância com os serviços assistenciais de referência.
- Adotar estratégias pedagógicas inovadoras e implantar plataforma educacional capaz de interoperar com ambientes virtuais externos e com o sistema EAD da Fiocruz, visando a formação dos trabalhadores para o SUS, em compasso com os processos formativos presenciais.
- Implementar e gerir os repositórios temáticos e bases de dados para o monitoramento das condições de vida e dos determinantes sociais e ambientais da saúde.

- Ampliar a comunicação e a cooperação técnica da Fiocruz com estados, municípios e outros órgãos do governo federal, e também em nível internacional.
- Ampliar e integrar ações internas da Fiocruz voltadas para a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas intersetoriais promotoras de saúde.
- Construir, no diálogo com a sociedade, especialmente com as instâncias de participação popular e pactuação do SUS e com os movimentos sociais, uma política institucional que amplia o controle social da atuação da Fiocruz, em defesa de seu caráter público.
- Ampliar a participação de instituições de controle social nos próximos Congressos Internos, garantindo representação permanente de membros do Conselho Nacional de Saúde (como observadores). [Cabe reforçar que o regimento do Congresso Interno já prevê a participação de observadores externos]
- Realizar análises que contribuam para evidenciar os conflitos entre interesses públicos e privados inerentes aos processos de determinação social, política e econômica da saúde e da formação e qualificação profissional em saúde.
- Contribuir com análises e formulação de propostas que articulem as relações entre as desigualdades sociais, o subfinanciamento do SUS e os subsídios públicos para o setor privado na produção de iniquidades em saúde.

RECURSOS BASAIS / INOVAÇÃO NA GESTÃO

- Aprimorar e valorizar as carreiras da Fiocruz.
- Fortalecer política institucional e estratégias para captar quadros para a Fiocruz.
- Assegurar, junto ao MPOG, concurso público para todos os cargos da Fiocruz, definindo previamente os perfis das funções estratégicas de responsabilidade exclusiva de Servidores Públicos.
- Fortalecer a política de humanização do trabalho no âmbito da Fiocruz.
- Desprecarizar a força de trabalho da Fiocruz com substituição por servidores.
- Atualizar e tornar interoperáveis tecnologias para plataformas educacionais.
- Implantar novo sistema interoperável de gestão acadêmica.
- Consolidar os sistemas de Registro Eletrônico clínico-assistenciais, com base na adequação aos modelos de segurança do paciente, à legislação nacional sobre guarda e sigilo das informações, além da manutenção de bancos de dados para pesquisa clínica, gerência das unidades sobre os dados armazenados, agilidade para incorporação de novas ferramentas, possibilidade de interfaceamento com sistemas já existentes em outras esferas do SUS e sustentabilidade financeira a longo prazo dos produtos implementados.
- Aperfeiçoar sistema de gerenciamento nos serviços laboratoriais de referência.
- Assegurar a qualidade e buscar a sustentabilidade na prestação de serviços assistenciais e laboratoriais.
- Gerenciar os investimentos no parque tecnológico assistencial e laboratorial da Fiocruz, bem como sua sustentabilidade.
- Aprimorar sistemática de participação social na rede de apoio à gestão estratégica do SUS.
- Promover o princípio da integração curricular nos programas de formação de trabalhadores para o SUS, compreendendo os fundamentos científicos e tecnológicos do processo produtivo contemporâneo e as bases conceituais da saúde pública e do SUS.
- Fortalecer redes para o estabelecimento de modelos pedagógicos inovadores no trabalho da Fiocruz no campo da educação, especialmente nas ações de formação de quadros profissionais para o SUS e atividades intersetoriais.

Figura 2 - Mapa Estratégico do Eixo Atenção, Promoção, Vigilâncias, Geração de Conhecimentos e Formação para o SUS



Eixo 2: Ciência, Tecnologia, Saúde e Sociedade

VISÃO

Ser instituição de referência na geração, difusão e compartilhamento do conhecimento em CT&I e saúde, na pesquisa, no desenvolvimento, na inovação, na educação, na formação de profissionais, na informação e comunicação, orientada à cidadania, às necessidades sanitárias e ao perfil epidemiológico da população brasileira e ao fortalecimento do SUS.

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

- Ampliar a base nacional de ciência e tecnologia visando atender às necessidades de saúde da população e o fortalecimento do SUS.
- Ampliar a base nacional de ciência e tecnologia para a prospecção de ameaças e riscos futuros à saúde.
- Contribuir para a redução das desigualdades regionais em Ciência e Tecnologia.
- Reduzir vulnerabilidades decorrentes da dependência tecnológica na área de saúde.
- Garantir acesso aberto ao conhecimento produzido pela Fiocruz e contribuir para políticas públicas de acesso aberto ao conhecimento científico e cultural nacional e internacionalmente, ampliando o diálogo permanente com a população, fortalecendo o controle social e o exercício da cidadania.
- Democratizar a comunicação, promover o debate público e o acesso à informação em saúde para os cidadãos.

- Ampliar o acesso ao acervo cultural e científico da Fiocruz.
- Formular e fortalecer políticas e ações de informação e comunicação em saúde, divulgação científica e popularização da ciência que promovam o debate público sobre saúde e CT&I, com vistas ao empoderamento da população.

PROCESSOS INTERNOS

- Reestruturar a política institucional de indução/fomento à PD&I, de modo articulado com a cadeia de inovação da Fiocruz, promovendo a integração institucional, em consonância com a agenda nacional de saúde, com ênfase nas necessidades do SUS.
- Induzir políticas integradoras e editais para o desenvolvimento de ações entre unidades da Fiocruz nos campos de saúde, educação, comunicação, inovação e desenvolvimento científico e tecnológico.
- Definir agenda estratégica de PD&I, considerando o perfil sanitário-epidemiológico da população e ampliando áreas de pesquisas, inclusive as prospecções de cenários futuros.
- Fortalecer a pós-graduação visando à formação de profissionais em alinhamento com a nova agenda de PD&I.
- Gerir portfólio de projetos voltados ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para o SUS, ao desenvolvimento sustentável e à análise e ao aperfeiçoamento de políticas públicas em saúde.
- Avançar na integração dos recursos corporativos nacionalmente (Fiocruz Nacional): aperfeiçoar uma estratégia de alocação e compartilhamento de recursos (humanos, tecnológicos e outros) entre as diversas Unidades da Fiocruz, visando o desenvolvimento das Unidades descentralizadas (regionais) e daquelas em fase de implantação.
- Incentivar ações de interiorização, reconhecendo as especificidades regionais e a diversidade cultural, contribuindo para a promoção da saúde.
- Consolidar as redes de pesquisa e plataformas tecnológicas em áreas estratégicas para o SUS e para C&T, em alinhamento com os programas de Inovação.
- Implementar e regulamentar repositórios institucionais temáticos e bases de dados para apoio às atividades de PD&I.
- Fortalecer o Repositório Institucional (Arca) como principal instrumento da realização do acesso aberto à informação técnico-científica da Fiocruz.
- Aperfeiçoar o armazenamento e a gestão integrada de recursos biológicos (inclusive material biológico humano, estabelecendo regras para a criação e o funcionamento de biorrepositórios e biobancos, integrados em redes internacionais), com base em política institucional e visando à prestação de serviços qualificados em PD&I.
- Reestruturar e reorientar o portfólio de cooperação técnico-científica, nacional e internacional, com base na agenda estratégica de PD&I.
- Atualizar, implementar e fortalecer a política de informação e comunicação integrada da Fiocruz, e consolidar uma política de divulgação científica e popularização da ciência, e com foco nas demandas do SUS.
- Formular política de constituição, preservação, gestão integrada e difusão dos acervos culturais e científicos da Fiocruz.
- Conceber, implantar, gerenciar, desenvolver e disseminar serviços, produtos e ferramentas baseados nas tecnologias de informação e comunicação.
- Aperfeiçoar o uso de biomodelos experimentais em PD&I, baseando-se em uma política institucional, que incentive o desenvolvimento e a validação de alternativas ao uso de animais.
- Dinamizar e fortalecer linhas de pesquisa (novas e já existentes) na área de informação e comunicação em saúde, divulgação científica e popularização da ciência.
- Implementar programa de mobilidade incentivada (intercâmbio) de profissionais entre as unidades e outras instituições.
- Fomentar projetos relacionados à temática de saúde nas fronteiras, estruturando linhas de pesquisa e intervenção, bem como projetos de pós-graduação e nível técnico, em articulação com os sistemas de saúde dos países vizinhos.

RECURSOS BASAIS / INOVAÇÃO NA GESTÃO

- Fortalecer política de captação, capacitação, formação e valorização de profissionais para as áreas de atuação prioritárias de acordo com a agenda da Fiocruz.
- Incorporar sistemas e ferramentas de inteligência estratégica em CT&I (data mining, prospecção etc.).
- Implantar sistema de monitoramento e avaliação das atividades de PD&I.
- Ampliar a captação de recursos para as áreas de atuação prioritárias de acordo com a agenda da Fiocruz.
- Gerenciar e controlar de forma integrada as receitas orçamentárias e não orçamentárias.
- Gerenciar estrategicamente o investimento em tecnologias de PD&I.
- Gerir Qualidade em Apoio à PD&I.
- Desenvolver e implantar um sistema de registro eletrônico para gerenciamento de amostras laboratoriais da pesquisa.
- Garantir os investimentos necessários para a adequação e racionalização de infraestrutura laboratorial.
- Proporcionar estrutura compartilhada em tecnologias da informação e práticas para apoio à integração de ações estratégicas de comunicação da Fiocruz.
- Gerir Propriedade Intelectual integrada com modelo de negócios e processo de inovação.
- Gerenciar bancos de dados, biorrepositórios e coleções de micro-organismos de forma integrada, com base em política institucional para coleta, armazenamento, uso e destruição dos materiais armazenados.
- Fortalecer política institucional de criação, manutenção e uso de animais de laboratório como insumos estratégicos para PD&I em saúde, bem como incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de métodos alternativos ao uso de animais.
- Desenvolver estratégias para a preservação e a valorização dos acervos culturais e científicos da Fiocruz.

Figura 3 - Mapa Estratégico do Eixo Ciência, Tecnologia, Saúde e Sociedade



Eixo 3: Inovação e Complexo Produtivo em Saúde

VISÃO

Ser instituição pública de referência em inovação, desenvolvimento e produção de insumos para a saúde orientada às necessidades sanitárias e perfil epidemiológico da população brasileira, prioritariamente, e ao fortalecimento do SUS.

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

- Garantir a segurança, a eficácia e a qualidade dos produtos relacionados à saúde.
- Contribuir para a ampliação e o desenvolvimento da base produtiva nacional biotecnológica, farmacêutica, farmoquímica, fitoterápicos, fitofármacos, kits para diagnóstico e demais insumos para a saúde.
- Contribuir para a ampliação do acesso a insumos estratégicos, visando à redução da vulnerabilidade tecnológica do SUS, de forma sustentável.
- Contribuir para a racionalização e a regulação de preços de produtos para a saúde.
- Contribuir para o desenvolvimento de uma base produtiva nacional na área de TICs aplicadas às necessidades do SUS.
- Contribuir para regular a repartição de benefícios do uso do patrimônio genético brasileiro e do conhecimento tradicional a ele associado.

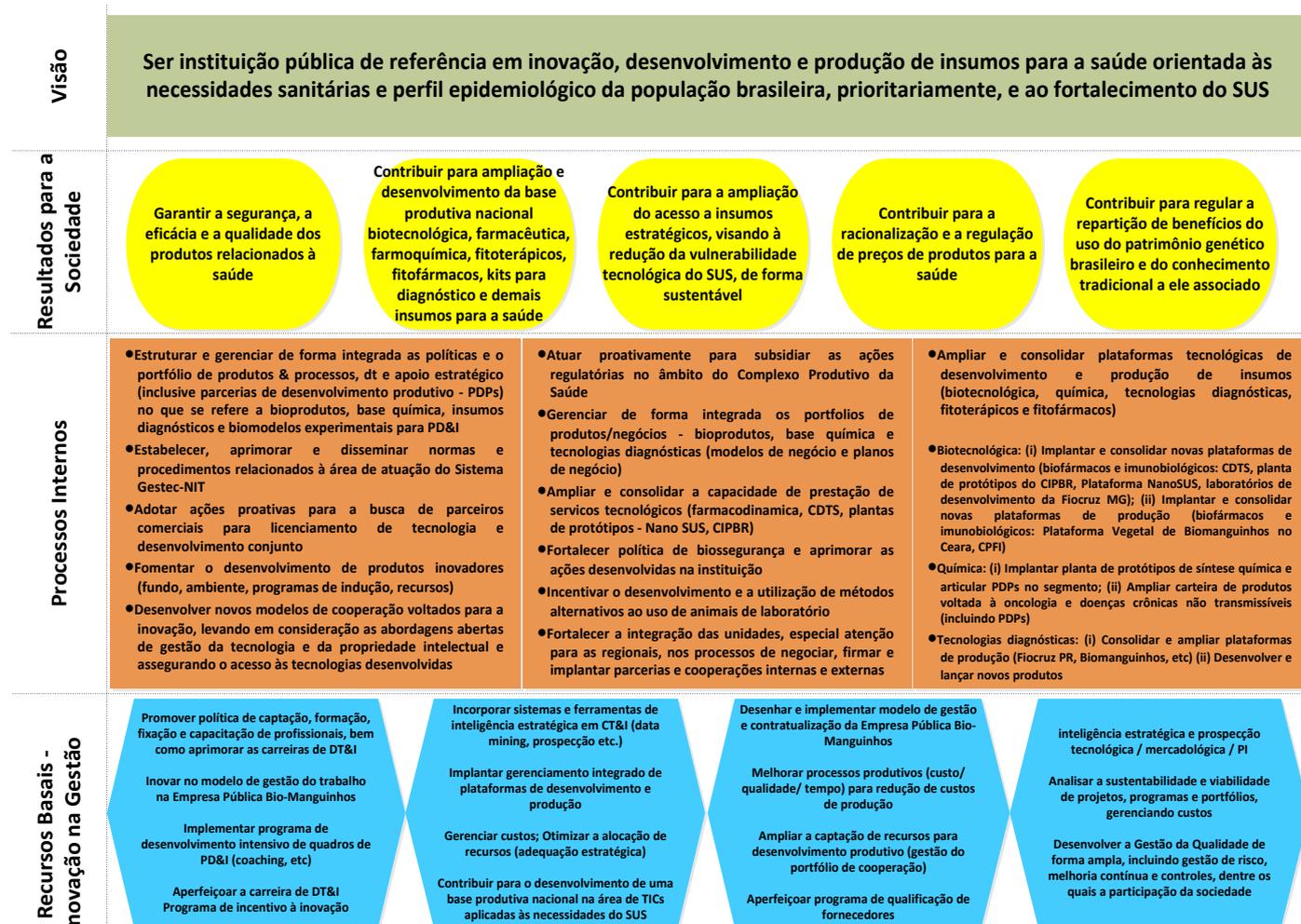
PROCESSOS INTERNOS

- Estruturar e gerenciar de forma integrada as políticas e o portfólio de produtos e processos, desenvolvimento tecnológico e apoio estratégico (inclusive parcerias de desenvolvimento produtivo - PDPs) no que se refere a bioprodutos, base química, insumos diagnósticos e biomodelos experimentais para PD&I.
- Estabelecer, aprimorar e disseminar normas e procedimentos relacionados à área de atuação do Sistema Gestec-NIT, investindo nos NITs das unidades para reforçar o trabalho descentralizado e integrado.
- Adotar ações proativas para a busca de parceiros comerciais para licenciamento de tecnologia e desenvolvimento conjunto.
- Fomentar o desenvolvimento de produtos inovadores.
- Desenvolver novos modelos de cooperação voltados para a inovação, levando em consideração as abordagens abertas de gestão da tecnologia e da propriedade intelectual e assegurando o acesso às tecnologias desenvolvidas.
- Atuar proativamente para subsidiar as ações regulatórias no âmbito do Complexo Produtivo da Saúde.
- Ampliar e consolidar a capacidade de prestação de serviços tecnológicos.
- Ampliar e consolidar plataformas tecnológicas de desenvolvimento e produção de insumos (biotecnológica, química, tecnologias diagnósticas, fitoterápicos e fitofármacos).
- Fortalecer política de biossegurança e aprimorar as ações desenvolvidas na instituição.
- Incentivar o desenvolvimento e a utilização de métodos alternativos ao uso de animais de laboratório.

RECURSOS BÁSIS / INOVAÇÃO NA GESTÃO

- Promover política de captação, formação, fixação e capacitação de profissionais., bem como aprimorar as carreiras da Fiocruz.
- Aperfeiçoar programa de qualificação de fornecedores.
- Desenvolver a Gestão da Qualidade de forma ampla, incluindo gestão de risco, melhoria contínua e controles, dentre os quais a participação da sociedade.
- Incorporar sistemas e ferramentas de inteligência estratégica em CT&I (data mining, prospecção etc.).
- Analisar a sustentabilidade e viabilidade de projetos, programas e portfólios, gerenciando custos.
- Fortalecer a integração das unidades, com especial atenção para as regionais, nos processos de negociar, firmar e implantar parcerias e cooperações internas e externas.
- Implantar gerenciamento integrado de plataformas de desenvolvimento e produção.
- Desenhar e implementar modelo de gestão e contratualização da Empresa Pública Bio-Manguinhos.
- Inovar no modelo de gestão do trabalho na Empresa Pública Bio-Manguinhos.
- Melhorar processos produtivos (custo/ qualidade/ tempo) para redução de custos de produção.
- Ampliar a captação de recursos para desenvolvimento produtivo (gestão do portfólio de cooperação).

Figura 4 - Mapa Estratégico do Eixo Inovação e Complexo Produtivo em Saúde



Eixo 4: Saúde e Sustentabilidade Socioambiental

VISÃO

Ser instituição de referência no desenvolvimento científico-tecnológico e nos processos formativos, inovando na compreensão da saúde e de seus determinantes e contribuindo para políticas públicas intersetoriais, na perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

- Contribuir para a mitigação dos impactos gerados pela matriz produtiva nacional, por meio do desenvolvimento de soluções sustentáveis para os problemas de saúde-trabalho-ambiente.
- Fortalecer as Vigilâncias no SUS, no âmbito da gestão da saúde nos territórios e nas regiões de saúde.
- Contribuir para a redução de vulnerabilidades relacionadas à interface saúde-ambiente.
- Contribuir para a consolidação da Agenda Global de Sustentabilidade e para o alcance das metas brasileiras para a conservação da biodiversidade.
- Ampliar a compreensão e apoiar os mecanismos de organização e conhecimento da sociedade no que se refere à saúde, às vulnerabilidades socioambientais e à sustentabilidade.
- Fortalecer as políticas públicas referentes à saúde, ambiente, biodiversidade e sustentabilidade, com ênfase no SUS.
- Fortalecer as ações regulatórias em saúde relacionadas ao controle do uso de agrotóxicos no país.

PROCESSOS INTERNOS

- Desenvolver o marco de sustentabilidade da Fiocruz no âmbito das relações saúde-trabalho-ambiente.
- Desenvolver plataformas tecnológicas de saúde e ambiente considerando os componentes de biodiversidade, mudança do clima, impacto de grandes empreendimentos, biossegurança, saúde do trabalhador e saneamento, incluindo o Centro Colaborador da OMS em Saúde e Ambiente.
- Fomentar iniciativas de desenvolvimento tecnológico e inovação em saúde, ambiente e sustentabilidade.
- Fortalecer a gestão integrada da qualidade, biossegurança/biosseguridade e ambiente.
- Apoiar as pesquisas sobre os impactos à saúde e seus determinantes socioambientais.
- Assegurar a sustentabilidade e a saúde do trabalhador nas práticas e processos produtivos e organizacionais da Fiocruz, incluindo as questões de biossegurança e gestão ambiental.
- Desenvolver tecnologias e produzir conhecimentos relativos à precaução, prevenção, mitigação, adaptação e proteção à saúde para enfrentar as vulnerabilidades socioambientais e os agravos relacionados aos processos de trabalho.
- Fortalecer redes para o estabelecimento de modelos pedagógicos inovadores voltados para a formação de quadros profissionais para o SUS e demais políticas intersetoriais.
- Consolidar e ampliar a cooperação técnica com instituições estratégicas que atuam no eixo saúde, ambiente e sustentabilidade.
- Consolidar e ampliar canais de interlocução com a sociedade e suas organizações para a identificação de vulnerabilidades geradoras de conflitos e o desenvolvimento de abordagens participativas na busca de soluções e alternativas.
- Ampliar a participação nas redes voltadas para a elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas intersetoriais promotoras de saúde.
- Manter e fortalecer o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológico (Sinitox).
- Fortalecer e integrar a capacidade analítica instalada da Fiocruz voltada para a detecção de resíduos de agrotóxicos.

RECURSOS BÁSIS / INOVAÇÃO NA GESTÃO

- Aprimorar e valorizar as carreiras da Fiocruz.
- Estabelecer grade de formação/capacitação sobre sustentabilidade para o universo de trabalhadores da Fiocruz.
- Fomentar o desenvolvimento e a incorporação de sistemas e ferramentas de TI, informação e comunicação, preferencialmente de domínio público e em rede, para a entrada, o processamento e a análise de dados, e a apropriação dos resultados pelo meio acadêmico, governos e público em geral, de modo que as ações de programas, projetos e demais iniciativas estratégicas na área de TI contribuam para soluções em saúde, ambiente e sustentabilidade.
- Fomentar o desenvolvimento de ações do Fiocruz Saudável por fóruns locais, nos diferentes campi da Fiocruz.
- Ampliar as competências institucionais e as redes de relacionamento externo.
- Estabelecer parcerias de financiamento visando o apoio de soluções inovadoras e de projetos de larga escala.
- Aprimorar e inovar a gestão de programas, projetos e portfólios, e desenvolver inteligência estratégica e prospectiva no campo da sustentabilidade.
- Desenvolver a cultura da gestão de risco.
- Desenvolver e implementar metodologias para o funcionamento das redes intersetoriais promotoras da saúde.
- Fortalecer a implantação da gestão de resíduos.

Figura 5 - Mapa Estratégico do Eixo Saúde e Sustentabilidade Socioambiental



Eixo 5: Saúde, Estado e Cooperação Internacional

VISÃO

Ser instituição de excelência em diplomacia da saúde, articulando os demais eixos temáticos na captação e oferta de cooperação estratégica e estruturante para o fortalecimento de Sistemas de Saúde e de CT&I em Saúde.

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

- Estabelecer cooperações técnicas de interesse institucional para a geração de conhecimentos e inovações, bem para uma melhor atenção, vigilâncias, comunicação e formação em saúde.
- Contribuir para a representação dos interesses da sociedade brasileira em instâncias de governança global da saúde, promovendo os princípios de direito à saúde, equidade, acesso universal, solidariedade e sustentabilidade, bem como o debate acerca dos determinantes socioambientais da saúde.
- Promover o alinhamento e a coerência dos programas de cooperação internacional com as agendas estratégicas compartilhadas por instituições e países parceiros, para o desenvolvimento dos Sistemas de Saúde e de CT&I, visando à melhoria da qualidade de vida.
- Ampliar a produção e o acesso a insumos essenciais para a saúde.
- Garantir a adequação das iniciativas de saúde e ambiente no âmbito internacional.
- Fortalecer os sistemas de acesso universal à saúde.

PROCESSOS INTERNOS

- Orientar o portfólio de cooperação internacional com base na agenda estratégica de saúde e CT&I, promovendo levantamentos e estudos técnico-científicos.
- Consolidar redes de instituições estruturantes para pesquisa, saúde pública, atenção e desenvolvimento educacional.
- Apoiar a disseminação da pesquisa translacional para aproveitamento de inovações.
- Incentivar a abordagem dos determinantes sociais e ambientais da saúde nos projetos de cooperação.
- Apoiar a revisão crítica das políticas da OMS e as ações dos Centros Colaboradores da OMS na Fiocruz, incluindo a coordenação do Centro de Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.
- Integrar as ações da Fiocruz instituindo área de gestão de portfólio de ações de cooperação internacional das Unidades.

RECURSOS BASAIS / INOVAÇÃO NA GESTÃO

- Aprimorar e valorizar as carreiras da Fiocruz.
- Ampliar a competência institucional e orientar as práticas profissionais no campo da diplomacia em saúde e cooperação internacional, estimulando a especialização através da oferta de formação para trabalhadores que atuem na área.
- Fortalecer ações para a captação de recursos financeiros para a cooperação Sul-Norte e Sul-Sul.
- Promover o aperfeiçoamento da gestão institucional para maior eficiência dos processos em curso.
- Aperfeiçoar o monitoramento e a avaliação dos projetos de cooperação internacional.
- Aperfeiçoar o acolhimento de estrangeiros na Fiocruz, incluindo cursos introdutórios, quando necessário.
- Aperfeiçoar os instrumentos para registro de convênios, projetos, pessoal visitante e afastamento do país.
- Apoiar a realização de – e a participação em – reuniões e eventos nas áreas de atuação da Fiocruz.
- Apoiar ações de informação e comunicação sobre a cooperação internacional da Fiocruz, bem como a disseminação em português dos informes e programas da OMS.
- Fomentar a criação de núcleos de cooperação internacional nas unidades, implantando sistema normativo de monitoramento e avaliação dos projetos de cooperação internacional nelas desenvolvidos.
- Manter representação da Fiocruz junto à Assessoria de Assuntos Internacionais de Saúde do Ministério da Saúde (Aisa/MS) e à Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE).

Figura 6 - Mapa Estratégico do Eixo Saúde, Estado e Cooperação Internacional



Objetivos Corporativos para a Gestão

Nos mapas estratégicos (corporativo e específicos por eixo), as perspectivas de processos internos descrevem como a organização implementará sua estratégia. Os recursos basais / inovação na gestão são entendidos como um conjunto (pessoas, tecnologias e ambiente organizacional) que impulsiona as melhorias de desempenho dos processos críticos e fortalece as entregas finais, melhor satisfazendo as partes interessadas.

Inovação na gestão dá suporte aos processos críticos dos eixos finalísticos adotados: Atenção, Promoção, Vigilâncias, Geração de Conhecimentos e Formação para o SUS; Ciência, Tecnologia, Saúde e Sociedade; Inovação em Saúde e Complexo Produtivo; Saúde e Sustentabilidade Socioambiental; Saúde, Estado e Cooperação Internacional.

Entretanto, a gestão demanda um segundo nível de impulso gerencial dos processos críticos, relacionado a procedimentos estratégicos abrangentes ou corporativos, que envolvem os cinco mapas finalísticos e acabariam sendo repetidos em cada mapa específico, caso não fossem tratados de forma sistêmica.

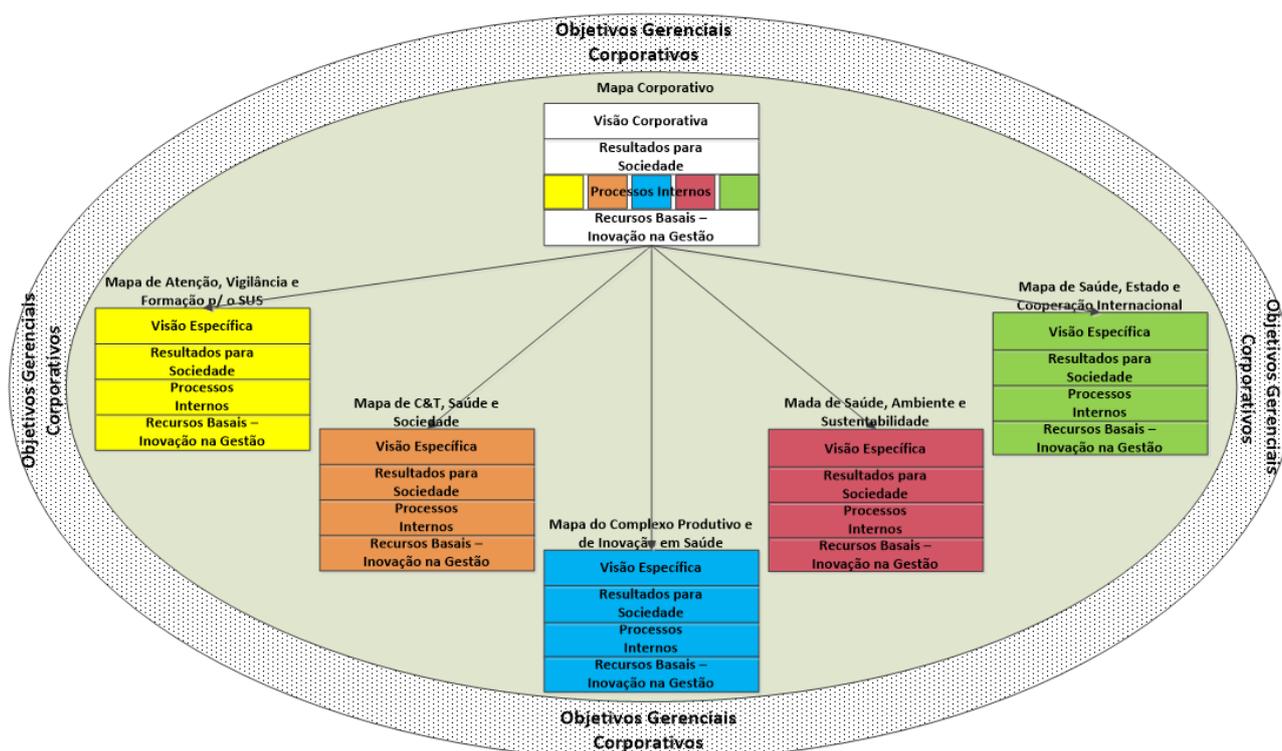
Assim, além dos processos de base (gerenciais) já considerados em cada mapa, devem ser destacados e valorizados objetivos amplos do sistema gerencial institucional.

Os mecanismos de governança como colegiados, câmaras técnicas e outros precisam se reunir com periodicidade e avaliar efetivamente os processos para deliberações. De forma específica, a política de investimentos da Fiocruz precisa ser discutida, acordada e deliberada de forma coletiva com as unidades e não pode ser definida no âmbito exclusivo da Presidência ou desta com cada unidade individualmente.

A proposta de políticas mais integradas na Fiocruz deve ser construída a partir de um planejamento ascendente, com a participação efetiva das unidades na definição das prioridades e estratégias, atentando-se para que o desafio de integração não se limite ao somatório das unidades.

Para a compreensão dessa abordagem, apresenta-se, conforme figura abaixo, esquema sintético contendo o mapa corporativo e os específicos por eixo, contendo a dimensão gerencial específica (recursos basais / inovação na gestão) atrelada aos mapas específicos e os objetivos gerenciais corporativos vinculados a todos os mapas.

Figura 7 - Mapa Corporativo, Mapas Específicos por eixo e Objetivos Gerenciais Corporativos



Assim, os objetivos gerenciais corporativos deverão ser debatidos e valorizados na medida em que impactam direta e indiretamente os cinco mapas específicos e, portanto, o mapa corporativo, na perspectiva de seus macroprocessos internos. O quadro a seguir sintetiza os grandes objetivos contidos nos mapas específicos (por eixo), complementados pelos objetivos gerenciais transversais ou corporativos.

OBJETIVOS GERENCIAIS CORPORATIVOS

- Aperfeiçoamento do sistema de governança (Congresso Interno, CD Fiocruz e das Unidades, Câmaras Técnicas, audiências públicas etc.);
- Estruturação de modelos empreendedores para projetos e áreas específicas;
- Gestão de portfólio de PD&I e de Produção;
- Modelagem de gestão de plataformas tecnológicas;
- Modelagem de captação de recursos;
- Modelagem e implementação de ações para o funcionamento de redes de cooperação;
- Modelagem de prospecção;
- Operação e interação intrainstitucional do programa de estudos estratégicos;
- Política de regulação do trabalho, da pesquisa, do desenvolvimento tecnológico e da gestão;
- Definição de políticas funcionais;
- Gestão do trabalho saudável e sustentável (Fiocruz Saudável) em todos os campi;

- Garantia da implantação e manutenção da política de qualidade, biossegurança e gestão ambiental;
- Ampliação das ações de atenção à Saúde dos Trabalhadores da Fiocruz (prevenção, promoção e vigilâncias nos locais de trabalho, além do aprimoramento das ações já realizadas de assistência, perícia e exames periódicos);
- Aperfeiçoamento de modelo contábil-gerencial para gestão físico-orçamentária;
- Modelagem e gestão por processos;
- Disseminação da cultura da qualidade, da cultura de gestão por resultados e do modelo de excelência na gestão pública, maximizados pela cooperação intra e interinstitucional;
- Maior integração da administração;
- Reestruturação da cadeia de logística;
- Integração e automatização de processos de gestão com participação das unidades;
- Implantação do Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos para criação, tramitação e guarda de documentos e processos administrativos no meio digital;
- Implantação de sistema integrado de monitoramento, avaliação e aprendizagem institucional;
- Desenvolvimento dos trabalhadores via educação corporativa e outros meios de qualificação profissional;
- Qualificação e fortalecimento das ações de controle interno;
- Planejamento da ampliação e ocupação das áreas nos campi da Fiocruz em todo o país com base no Plano Diretor de Obras e no Plano Diretor de Ocupação;
- Integração de infraestrutura de serviços de suporte;
- Melhoria do plano de carreiras, cargos e salários;
- Fortalecimento das práticas de negociação permanente entre o Sindicato e a instituição;
- Incorporação de indicadores de desempenho global, intermediário e individual correlacionados às atividades finalísticas e apurados em períodos equivalentes;
- Fortalecimento e ampliação dos mecanismos de transparência;
- Gestão integrada e estratégica das ações de informação e comunicação em saúde, divulgação científica e popularização da ciência, além da comunicação institucional e interna;
- Aumento da integração entre a Coordenação de Saúde do Trabalhador, Fiocruz Saudável e Fiosaúde;
- Padronização dos critérios para terceirização nas unidades no que se refere a postos que sejam do mesmo nível de complexidade e escolaridade;
- Implantação de um sistema de informação integrado de gestão disponível no Portal corporativo – Intranet Fiocruz, tornando esta plataforma um importante instrumento de integração e gerência para o aprimoramento da governança institucional;
- Melhorias em infraestrutura e logística em TI, informação e comunicação;
- Implantação de planos de desenvolvimento de pessoas de acordo com cada processo estratégico;
- Aprimoramento do sistema de incentivo ao desempenho alinhado à criação de bônus;
- Desenvolvimento de metodologias de planejamento e dimensionamento da força de trabalho, de forma a subsidiar a tomada de decisão estratégica no âmbito da gestão do trabalho;
- Fortalecimento da Política de Gestão do Trabalho da Fiocruz, inclusive em seus aspectos referidos à Saúde do Trabalhador;
- Efetivação das ações previstas na Política de Assédio Moral;
- Fomento a programas e atividades visando reforçar a cultura organizacional da Fiocruz junto a seus trabalhadores, de modo a ampliar o quadro de referência e pertencimento destes a uma história institucional, aos fazeres culturais e aos valores definidos em sua missão nos campos da saúde, educação e CT&I, promovendo o engajamento e o compromisso do seu quadro funcional para melhor servir a sociedade brasileira.

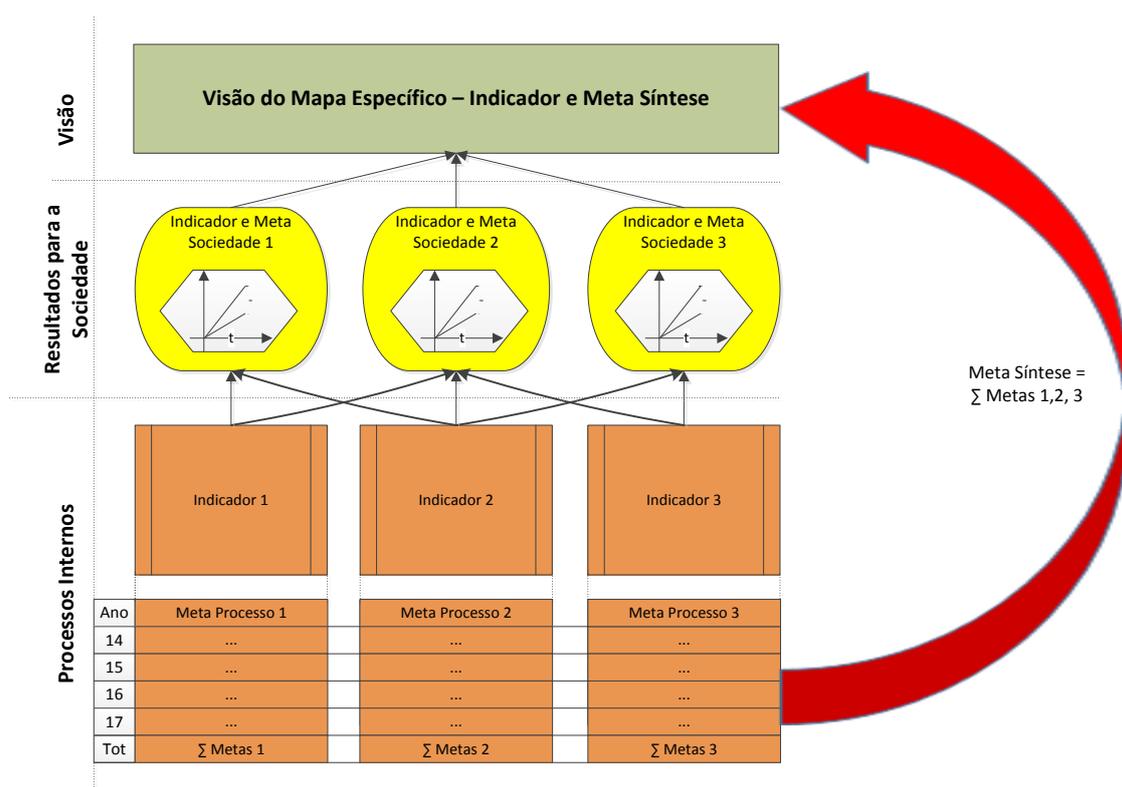
Monitoramento e Avaliação das Deliberações

O monitoramento, a avaliação e o controle das deliberações do Congresso devem ser assumidos como condição necessária para dar consequência e razão de ser ao próprio Congresso. Essa dimensão ainda encontra-se bastante incipiente, tomando por referência os últimos Congressos, fragilizando o sistema de governança institucional e a integração entre a instância congressional e as demais, sobretudo os Conselhos Deliberativos da Fiocruz e de suas unidades.

Essa fundamental deliberação deve ser compreendida como a sistemática medição, avaliação e aprendizagem sobre o desempenho das ações estratégicas, objetivando realimentar os tomadores de decisão para que efetuem correções e ajustes, reforcem esse desempenho e interfiram, quando necessário, no processo gerencial, visando assegurar que os resultados satisfaçam os objetivos e metas estabelecidos quando do momento congressional.

Na etapa congressional terão sido definidos, nos mapas corporativo e por eixo, as principais questões estratégicas, além da agenda de mudança, os objetivos estratégicos e as principais diretrizes, faltando estabelecer os indicadores e respectivas metas, de modo a se construir uma efetiva agenda de monitoramento. Essa construção de indicador e meta deve permear pelo menos três níveis: o da visão, o de resultados para a sociedade e o de processos internos, na forma de cascata, ou seja, desdobrando-os e contemplando a dimensão temporal.

Figura 8 – Perspectiva Geral de Monitoramento



Dessa forma, deve ser assumida a formulação de agenda de monitoramento sistêmica (corporativa) e por mapa específico, além dos objetivos de gestão corporativa, a ser aprovada em CD no prazo de 120 dias do encerramento do Congresso.

Esse sistema de monitoramento deve refletir flexibilidade, considerando mudanças de cenários e abertura para incorporação de novas prioridades. Deve também contemplar os diferentes sistemas de monitoramento

e avaliação consagrados, como os da CAPES, do CNPQ etc., que nos fornecem indicadores de excelência em diversas dimensões/atividades da complexa missão da Fiocruz.

O CD Fiocruz deve apreciar o monitoramento e a avaliação e propor ajustes, quando for o caso, ao cumprimento quadrienal das metas dos cinco mapas específicos, além dos objetivos corporativos. Cabe ao CD Fiocruz definir mecanismos, formatos e comitês específicos para monitoramento dos indicadores dos mapas por eixo, com o apoio da Diplan, do Coletivo de Gestores, do sistema de planejamento de todas as unidades e, prioritariamente, das Câmaras Técnicas.

É desejável reforçar a sistemática recém implantada de audiências públicas e outros eventos, com previsão de produtos de avaliação e instrumentos de comunicação que materializem a responsabilização, a transparência e a perspectiva de prestação de contas. Por fim, é relevante definir o sistema de informação de suporte e as fontes de informação a serem utilizadas.

A sistemática de operação do modelo deve considerar os prazos e periodicidades abaixo, com as funções especificadas.

MODELO DE MONITORAMENTO DE MAPA CORPORATIVO (INCLUINDO OBJETIVOS DE GESTÃO CORPORATIVOS) E ESPECÍFICO, INDICADORES E METAS, E PORTFÓLIO

CD Fiocruz – Comitê Corporativo de Monitoramento:

- Define indicador e meta síntese do mapa corporativo e dos cinco mapas específicos (objetivos específicos) para quatro anos, no prazo de até 120 dias após o VII Congresso Interno.
- Define agenda de eventos – audiências públicas e outros eventos, produtos de avaliação e formato de comunicação no VII Congresso Interno.
- Define responsável pela coordenação de cada um dos cinco mapas (eixos) específicos e dos objetivos corporativos e a dinâmica de monitoramento e avaliação dos mesmos.
- Define estrutura de avaliação no VII Congresso Interno:
 - Avaliações semestrais de desempenho de curto prazo.
 - Avaliação anual dos mapas corporativo e específicos.
 - Gerenciamento anual de indicadores e metas dos mapas corporativo e específicos.
 - Gerenciamento anual dos portfólios de projetos dos mapas específicos.
 - Tratamento a qualquer tempo de questões estratégicas específicas (relevantes e/ou que envolvam mais de uma unidade) propondo planos de ação.
 - Avaliação anual do funcionamento integrado e de cada eixo/estratégia específico, avaliação da variação dos condicionantes estratégicos.
- Discute e aprova propostas e análises/pareceres dos Comitês Específicos.

Comitês Específicos por Mapa definidos pelo CD Fiocruz:

- Propõe liderança por processo/objetivo específico (perspectiva de processos) dos mapas específicos no prazo de até 90 dias após o VII Congresso Interno.
- Propõe indicador e meta por processo/objetivo específico por semestre no prazo de até 90 dias após o VII Congresso Interno.
- Propõe agenda de eventos (reuniões operacionais e estratégicas), produtos de avaliação e formato de comunicação no VII Congresso Interno.
- Propõe estrutura de avaliação no VII Congresso Interno:
 - Avaliações mensais a trimestrais de desempenho de curto prazo.
 - Avaliação semestral dos mapas específicos.
 - Gerenciamento semestral de indicadores e metas dos mapas específicos.
 - Gerenciamento semestral dos portfólios dos mapas específicos.
 - Tratamento a qualquer tempo de questões estratégicas específicas (relevantes e/ou que envolvam mais de uma unidade) propondo planos de ação.

Diretrizes para a Relação Fiocruz – Fiotec

A Fiotec tem experimentado importante desenvolvimento ao longo dos seus 15 anos de existência. Os controles tanto internos quanto externos (CGU, TCU e MP) seguem sendo aperfeiçoados, propiciando grau de transparência importante, muito embora a contínua melhoria seja fundamental. Recente Prestação de Contas realizada pela Presidência da Fiocruz mostrou o quanto a Fiotec tem importância para o funcionamento e inúmeros objetivos institucionais da Fiocruz. Já há alguns anos a Fiotec opera projetos em todas as unidades da Fiocruz e com números bastante expressivos. Recentes medidas legais, específicas para as fundações de apoio, têm, por um lado, regulamentado importantes flexibilidades e, por outro, imposto mais controles. Entre eles destaca-se a dispensa da Lei 8.666 para compras e contratos em troca de regulamento próprio das fundações, respeitados os princípios de publicidade, economicidade e competição, entre outros. Igualmente, as fundações passam a ser obrigadas a manter de forma transparente os seus projetos, incluindo recursos mobilizados, relatórios sobre produção e resultados, de modo a ampliar o controle pela própria sociedade. Os processos são auditados pelo controle interno (Audin e CGU), assim como todos os demais da própria Fiocruz. Os projetos também são regulamentados em diversas categorias, como pesquisa e desenvolvimento, e desenvolvimento institucional, sendo igualmente regulada a concessão de bolsas, mediante critérios objetivos, a profissionais tanto da instituição apoiada quanto de fora. No caso da Fiotec, há regulamento próprio para essa prática (IN 01/2012), construído com adequada base legal (normas Capes, CNPq e Decreto 7.423/2010).

No entanto, por decisão do VI Congresso, que aprovou a suspensão da concessão de bolsas a servidores, excetuando-se aquelas instituídas por agências de fomento e as bolsas com caráter de função gratificada, são bastante limitadas as bolsas em vigência (apenas aquelas anteriores a esta decisão até a finalização dos respectivos projetos).

Discussões e deliberações congressuais sobre a fundação de apoio da Fiocruz são permanentes nos congressos, desde a terceira edição, quando se decidiu pela operação da fundação de apoio para toda a instituição, fato que condicionou a transformação da original Ensptec em Fiotec. Essa rotina denota o quanto as diretrizes congressuais são abrangentes e possuem o propósito de regular o conjunto das estratégias na instituição. A pauta deste VII Congresso inclui a apreciação e atualização da regulação estratégica sobre a Fiotec:

Maior integração com a Fiocruz

Quanto à maior integração institucional, todos os projetos operados com apoio da Fiotec devem fazer parte do sistema de planejamento da Fiocruz em suas respectivas unidades e de modo alinhado aos eixos estratégicos aprovados neste Congresso, implicando em efetiva operacionalidade nos sistemas internos de planejamento, sob a coordenação da Diplan. Tal perspectiva deve considerar, ao menos, os objetivos de cada projeto, os recursos envolvidos, os produtos e resultados alcançados.

Quanto à concessão de bolsas Fiotec para servidores da Fiocruz, fica autorizada a extensão da possibilidade de concessão de bolsas Fiotec para quaisquer servidores da Fiocruz, sem prejuízo de regulamentação interna.

A concessão de bolsas será autorizada nos termos da legislação vigente e normas, tanto da Fiotec quanto da Fiocruz, devendo a regulamentação interna ser aprovada pelo CD Fiocruz após o encerramento desta Plenária, com base em critérios uniformes na instituição e garantindo a transparência.

O prazo para a aprovação da regulamentação interna é de até 120 dias após o encerramento da Plenária.

Além do CD Fiocruz, responsável por sua aprovação, a regulamentação interna será discutida previamente nos CDs das unidades.